

Manuel S. Porteiro

Conceito Espírita de Sociologia



MANUEL S. PORTEIRO
CONCEITO ESPÍRITA DE SOCIOLOGIA

Lançamento original:

MANUEL S. PORTEIRO
CONCEPTO ESPIRITA DE LA SOCIOLOGIA

Editora Víctor Hugo
Buenos Aires, 1941.

Edição Digital: PENSE – Pensamento Social Espírita

Edição da Capa:
Alexandre R. Distefano

Versão digitalizada:

© 2022

Distribuição gratuita:

Portal Luz Espírita

Autores Espíritas Clássicos



MANUEL S. PORTEIRO

CONCEITO ESPÍRITA DE SOCIOLOGIA

Edição Digital

PENSE – Pensamento Social Espírita

Editora Víctor Hugo

Buenos Aires, 1941.

Sumário

O Espiritismo ante o Problema Social — pág. 08

Conceitos Sociológicos — pág. 20

Fascismo e Comunismo — pág. 28

Pela Paz do Mundo — pág. 34

Causalidade e Finalidade — pág. 44

Socialismo Espiritualista — pág. 56

Falso Conceito de Espiritismo — pág. 64



Manuel S. Porteiro (1881 - 1936)

Nasceu em Avellaneda, província de Buenos Aires, em 25 de março de 1881 e desencarnou, ali mesmo, em 18 de fevereiro de 1936. Em 1910 começou sua participação ativa no movimento espírita, vinculando-se desde esse momento à Confederação Espírita Argentina (CEA), na qual foi desempenhando diversos cargos, até chegar a ser seu presidente, no período de abril de 1934 a março de 1935. Dirigiu durante vários anos seu órgão oficial, a revista *La Idea*, na qual escreveu numerosos editoriais e artigos sobre os mais variados temas, sempre sob a ótica espírita. Nessa época, sob a segura direção de Porteiro, a CEA e *La Idea* constituíram a vanguarda progressista do Espiritismo na América e no mundo.

A partir daí, Porteiro, e seu grupo de abnegados trabalhadores espíritas, como Hugo Lino Nale, Bernabé Morera, Ageo Culzoni, Luis Postiglioni e os jovens Santiago Bossero e Humberto Mariotti, escreviam com paixão, viajavam incessantemente por todo o país, dirigindo cursos de formação espírita e fomentavam as relações com o movimento espírita internacional.

O meridiano principal do mundo espírita progressista passava obrigatoriamente, naquela época, pela Argentina e Porteiro era seu referencial fundamental.

Eram essas as linhas básicas de seu pensamento e sobre elas girava todo o seu esforço: sustentar a visão integral do Espiritismo como filosofia

científica com profundas conseqüências morais e sociais; rechaçar a definição do Espiritismo como religião ou como uma nova variante do cristianismo; colocar a necessidade do estudo da Doutrina como base para criar a convicção espírita, começando com as obras de Kardec, como base pedagógica; subordinar a mediunidade ao enfoque espírita para fazê-la racional, útil e orientadora; estimular a investigação experimental no campo dos fenômenos mediúnicos e paranormais; enfrentar as superstições e sincretismos que se mimetizam ou disfarçam com os rótulos espíritas; relacionar o movimento espírita nacional e internacional com as lutas pela paz mundial, contra a discriminação de qualquer classe, com as campanhas alfabetizadoras e com todo o esforço que tenda à construção de uma sociedade mais justa, livre, igualitária e fraterna.

Esplêndidas diretrizes que, em si mesmas, representam autênticos programas para desenvolver um Espiritismo dinâmico, culto, livre, aberto, adogmático, racionalista, laico, universalista, fraterno, solidário e amoroso.

Para expô-las e defendê-las, viajou Porteiro, em companhia de Mariotti, para participar do V Congresso Espírita Internacional, realizado em Barcelona, Espanha, em outubro de 1934. Nesse cenário, onde conviviam e divergiam as correntes latinas e saxônica do Espiritismo, brilhou o talento de Porteiro e a profundidade de sua formação doutrinária se fez sentir em diversas exposições e conferências públicas, que inspiraram respeito e fizeram-no credor de um amplo reconhecimento, como um dos líderes espíritas de maior prestígio em sua época.

Um elemento principal de seu pensamento e que constitui uma de suas contribuições mais originais, é a aplicação do método dialético na interpretação espírita do homem, da vida e do Universo. Ninguém antes dele e ninguém melhor do que ele até agora, soube empregar o método dialético para sustentar a concepção espiritualista e ao mesmo tempo demonstrar que, apesar do que se aceita tradicionalmente, as doutrinas materialistas que se apresentam a si mesmas como as donas da dialética, são em sua essência, profundamente antidialéticas.

Nessa mesma direção e ratificação da originalidade de suas idéias, Porteiro mostrou-se um firme partidário de uma sociologia espírita, que se traduzisse numa proposta concreta, na qual o Espiritismo e o Socialismo se conjugavam para impulsionar a construção de uma sociedade de maior evolução material e espiritual.

Por ora, pela brevidade que impõe este artigo, basta dizer que Porteiro, já em seu tempo, criticou fortemente as tendências autoritárias, burocráticas, estatizantes, materialistas do socialismo marxista e se manifestou por um socialismo democrático, humanista, respeitoso das liberdades públicas e individuais, baseado em valores ideológicos espiritualistas e concretamente, espíritas, como haviam assumido ilustres personalidades do kardecismo como Léon Denis e Cosme Mariño.

Em seus três livros publicados Espiritismo Dialético, Conceito Espírita da Sociologia e Origem das Idéias Morais, assim como em centenas de artigos que estão espalhados pela imprensa espírita de seu tempo, se encontram magistralmente desenvolvidas todas suas idéias que foram, são e continuarão sendo, potentes focos de luz que orientam a todo aquele que havendo conhecido os princípios cardeais do Espiritismo, deseja aprofundar-se em suas conseqüências morais e sociais e queira transitar, sem desvios, por seus autênticos caminhos.

Porteiro foi um espírita completo. Humilde trabalhador manual, amoroso pai de família, autodidata que adquiriu com esforço e imensos sacrifícios uma extraordinária formação intelectual, até chegar a dominar amplos espaços no mundo da cultura, da sociologia, da filosofia e, naturalmente, da Doutrina Espírita.

Sem dúvida alguma, Porteiro está na galeria dos grandes do Espiritismo e muitos nos honram haver contribuído para resgatar sua memória e exaltar o imenso valor de sua contribuição à Doutrina que tanto amou e ao movimento a que tanto serviu.

Pensamento Social Espírita

O espiritismo ante o problema social

I

As convulsões políticas e sociais do momento histórico em que vivemos nos obrigam a separar nossa atenção dos problemas de índole psicológica para fixá-la nos de índole econômica e social, que também ocupam uma das fases de nossos estudos e exigem ser tratados à luz do Espiritismo.

Vivemos uma hora de inquietação social, de incerteza política, de crises econômicas, em que as nações parecem ter perdido o controle de seus atos, nada se entende ou aparenta não entender-se, em que as ambições de mando e de poder romperam o freio das velhas democracias para tomar, pelo império da revolução, as rédeas do mundo, em que a defesa do atual regime social se mostra de cara lavada empunhando o fuzil da ditadura. Dizemos com a cara descoberta porque, de fato, sempre têm existido, ainda que disfarçadas com a máscara de uma falsa democracia. A esta ditadura dos de cima responde a ditadura dos de baixo e em torno destes dois extremos giram e se chocam as tendências em aparente confusão.

Estas convulsões que se notam em todas as ordens da vida social, no mundo inteiro, não são mais do que os sintomas do novo parto da história: os estertores de uma sociedade que agoniza e os anúncios de uma nova sociedade que nasce.

Ante o que vai e o que vem, acrescente-se que nós espíritas nos inclinamos decididamente pelo último. Somos evolucionistas, amamos a justiça, defendemos a verdade e trabalhamos ansiosos pelo bem, tanto individual como social: desejamos uma sociedade melhor e lutamos por seu pronto advento.

Careceria, portanto, de exato conhecimento do Espiritismo quem acreditasse que este tem por única missão ocupar-se das coisas do espírito,

dos problemas da alma, fazendo dele uma ciência puramente experimental para estabelecer a certeza de nossa imortalidade e buscar a felicidade para depois desta vida. Se é este, certamente, seu objeto primordial, porquanto constitui a base sobre a qual repousa toda sua estrutura ideológica, não se circunscreve, nem poderia circunscrever-se somente a isto, sem deixar de cumprir sua função profundamente revolucionária em todas as ordens da vida, tanto individual como social.

O Espiritismo tem objetivos, horizontes mais dilatados: é, aparte de uma ciência experimental e filosófica, uma ideologia social, que persegue uma finalidade superior neste mundo onde, junto aos ideais mais generosos, mas sem base sólida, se encontram as tendências mais conservadoras e egoístas, os ódios mais perversos, as misérias morais, as ambições mesquinhas e repudiáveis.

O Espiritismo não considera seus adeptos desvinculados da sociedade, nem os concebe felizes e satisfeitos contemplando a dor e a miséria dos deserdados frente ao prazer desenfreado dos detentores de posses. Para o Espiritismo o homem é um ser social e, portanto, ensina-o a ser solidário com a sociedade em tudo que tenda ao seu melhoramento, à maior justiça e bem-estar de todos e de cada um.

Ainda que explique a razão de ser de muitos males individuais e sociais, baseando-se na lei de causalidade espírita – o que não significa justificá-los – não considera a sociedade em estado estático, mas dinâmico, ou seja, evoluindo continuamente para uma finalidade superior que se realiza com o tempo e em proporção aos esforços nesse sentido.

A doutrina espírita – que, por ignorância, muitos consideram conservadora e outros, por interesse, aceitam-na como apoio de todos os latrocínios e iniquidades sociais – é tão profundamente revolucionária e ao mesmo tempo construtiva, que nada fica a seu passo de injusto, mau e imoral, que ela não o destrua e nada destrói que não seja capaz de substituir com edificações melhores, mais sólidas. Deste ponto de vista, encaramos, como espíritas, os problemas sociais.

Temos uma finalidade social que não difere dos ideais mais avançados, senão pelo conceito espiritual, indefinidamente progressivo que temos do ser humano.

Repudiamos o regime de exploração e de desprezíveis privilégios em que vivemos, a moral hipócrita e interesseira que dela se desprende, a justiça

unilateral e ajustada às prerrogativas econômicas, o latrocínio dos governantes e a atitude dos governos que, amparados em leis constitucionais injustas e anacrônicas – quando não em forças arbitrárias a estas mesmas leis – crêem-se senhores dos povos, quando só deveriam ser seus servidores e que, sob pretexto de administrar os interesses gerais das nações, asseguram o monopólio e a riqueza desmedida de uns, à custa do trabalho e da miséria de outros; repudiamos também a falsa educação que se ajusta às convenções sociais e às leis que as defendem, e estas mesmas leis que fazem do crime legalizado uma virtude patriótica e da verdadeira virtude, um delito punível que ampara, enfim, o assassinato, o roubo e as imoralidades e, como uma missão, castiga sem piedade delitos menores, que derivam da mesma injustiça e imoralidade que a lei ampara. Não concordamos com a política de rapina internacional que faz com que os países mais fortes se apoplesem dos mais débeis e exerçam hegemonia sobre eles, nem com as guerras fratricidas, que não têm outra finalidade por parte dos que as fazem que a de assegurar o império capitalista de umas nações sobre outras, de satisfazer ambições econômicas ou, quando não, afiançar o regime de exploração humana, impedindo que outros, mais em concordância com a justiça e o direito natural, abram caminhos.

Enfim, o espírita – pelo menos o que o é de verdade – não pode deixar de repudiar tudo isso e o pior que existe neste mundo, por ignorância ou maldade dos homens. E, ao repudiá-lo, aspira, naturalmente, a um regime de liberdade, de igual economia e de verdadeira fraternidade, onde a justiça não seja um mito, o direito natural não seja preterido pelo direito do mais forte e do mais astuto, onde o bem-estar seja comum, a paz do mundo seja uma verdade, a democracia não seja um artil, a caridade não seja uma aviltante esmola, nem o amor uma veleidade, nem a solidariedade uma especulação.

Mas, será possível que neste mundo destinado, segundo crença geral, à dor e à expiação, neste inferno de provas, neste presídio de almas condenadas ao suplício, possa realizar-se tal progresso? Nele caberão tantas coisas boas? Não se opõem ao desejo de conquistá-las os ensinamentos do Espiritismo?

Creio que tudo isto é exequível pela evolução da sociedade humana, pode chegar a realizar-se e tal realização, em tempo mais ou menos próximo, depende dos esforços que os homens de bons sentimentos e mais

capacitados e decididos na obra da transformação social façam para consegui-lo. E que, longe de ser contrário aos ensinamentos do Espiritismo, é a essência mesma de sua doutrina. Mas, ainda quando não fosse realizável, sempre seria uma nobre aspiração, uma função elevada de nossa vida, o tender a eles e ao fazê-lo poderemos estar seguros de não haver confundido nosso caminho.

Para demonstrar que o que vimos sustentando não é uma simples opinião pessoal concebida à margem da doutrina espírita, vou expor, o mais simplesmente possível, alguns conceitos sociológicos extraídos das obras de Allan Kardec, porque o ensinamento nelas exposto não leva o selo de uma só personalidade; é o conteúdo filosófico de muitas opiniões que, ainda que não sejam possíveis, refletem unanimemente a essência da doutrina. Ainda porque, Kardec, o mais humanitário dos mestres espíritas, que fez dos evangelhos seu estandarte, da caridade a maior virtude e a atitude mais nobre da humanidade, não pode ser suspeito de “anarquista perigoso”.

Tomarei, pois, do mencionado autor, somente o que se relaciona com o problema social, tirado das páginas de seus livros, que se encontra exposto junto a outros ensinamentos de ordem moral.

II

Allan Kardec, respondendo ¹ à pergunta: “*É lei da natureza a desigualdade das condições sociais?*”, diz:²

¹ Para compreender adequadamente as referências que Porteiro faz com frequência aos ideais socialistas recomendamos o estudo do livro *O Pensamento Vivo de Porteiro*, do psicólogo e economista Jon Aizpúrua, no qual se aclara o contexto histórico e social em que Porteiro viveu e escreveu, assim como sua identificação com uma proposta socialista de natureza democrática, humanista e espiritualista, com diferença das tendências socialistas de cunho materialista e ditatorial. (Nota da Ediciones Cima).

² Heráclia – festa em homenagem ao semideus Hércules, na Grécia Antiga. (Nota do Tradutor.)

“Não, é obra do homem e não de Deus.” (Item 806).

– *Algum dia essa desigualdade desaparecerá?*

“Eternas somente as leis de Deus o são. Não vês que dia a dia a desigualdade se apaga? Desaparecerá quando o egoísmo e o orgulho deixarem de predominar. Restará apenas a desigualdade do merecimento...” (Idem).

– *Que se deve pensar dos que abusam da superioridade de suas posições sociais para, em proveito próprio, oprimir os fracos?*

“Merecem anátema! Ai deles! Serão, a seu turno, oprimidos...” (Item 807).

– *A desigualdade das riquezas não se originará da das faculdades...?*

“Sim e não. Da velhacaria e do roubo, que dizes?” (Item 808).

Ante a afirmação: “*Mas, a riqueza herdada, essa não é fruto de paixões más.*”, responde:

“Que sabes a esse respeito? Busca a fonte de tal riqueza e verás que nem sempre é pura. Sabes, porventura, se não se originou de uma espoliação ou de uma injustiça? Mesmo, porém, sem falar da origem, que pode ser má, acreditas que a cobiça da riqueza, ainda quando bem adquirida, os desejos secretos de possuí-la o mais depressa possível, sejam sentimentos louváveis?...” (Idem).

À pergunta: “*Será possível e já terá existido a igualdade absoluta das riquezas?*”, diz:

“Não; nem é possível. A isso se opõe a diversidade das faculdades e dos caracteres.” (Item 811).

Entenda-se bem que Kardec se refere aqui à “igualdade absoluta” que temos sublinhado de propósito para que não se confunda com a igualdade relativa ou proporcional, ou melhor, com a igualdade de deveres para produzir a riqueza em proporção às forças e atitudes de cada um e à igualdade de direitos para satisfazer as necessidades e gozar das riquezas na mesma proporção. É o que, em Sociologia, se entende por igualdade econômica e social, as tendências socialistas perseguem, o Espiritismo sustenta em seus princípios e nós espíritas proclamamos como finalidade social e seguimos de perto nossa moral superior e com a crítica sadia, fecunda, da sociedade atual.

A palavra “riqueza” tem aqui um significado também muito relativo, se se analisa à luz meridiana da seguinte sentença de Kardec:

“Propriedade legítima só é a que foi adquirida sem prejuízo de outrem.” (Item 884).

E desta outra não menos luminosa:

“Proibindo-nos que façamos aos outros o que não desejáramos que nos fizessem, a lei de amor e de justiça nos proíbe, *ipso facto*, a aquisição de bens por quaisquer meios que lhe sejam contrários.” (Idem).

Deste ponto de vista, não há riqueza propriamente bem adquirida e o único que, em tal sentido, pode considerar-se legítimo é o relativo bem-estar que cada um possa conquistar com o próprio esforço e sem prejuízo dos demais, o que de nenhum modo constitui uma riqueza.

– *Por não ser possível a igualdade (absoluta) das riquezas, o mesmo se dará com o bem-estar?*

“Não, mas o bem-estar é relativo e todos poderiam dele gozar, se se entendessem convenientemente...” (Item 812).

E logo acrescenta:

“Os homens se entenderão quando praticarem a lei de justiça.” (Idem).

Vejamos agora como Kardec – por cujo intermédio se expressam seus colaboradores espirituais – entende esse relativo bem-estar do homem, considerado como membro da sociedade:

“... porque o verdadeiro bem-estar consiste em cada um empregar o seu tempo como lhe apraza e não na execução de trabalhos pelos quais nenhum gosto sente. Como cada um tem aptidões diferentes, nenhum trabalho útil ficaria por fazer. Em tudo existe o equilíbrio; o homem é quem o perturba.” (Item 812).

Neste último parágrafo está exposto com toda clareza e perfeitamente de acordo com as mais avançadas tendências socialistas,³ o conceito ideológico da distribuição do trabalho, segundo as aptidões de cada um e sem imposição de tempo, conceito que temos exposto mais de uma vez na imprensa espiritualista e que constitui um dos princípios fundamentais da justiça social, agregado ao trabalho “útil”, material ou intelectual, imposto pela necessidade de viver e pela mesma lei de associação a todos os homens por igual, segundo suas forças e suas aptidões; conceito que emana da infinidade de passagens das obras citadas, em tudo concordante com a essência da Doutrina.

³ *Para compreender adequadamente as referências que Porteiro faz com freqüência aos ideais socialistas recomendamos o estudo do livro O Pensamento Vivo de Porteiro, do psicólogo e economista Jon Aizpúrua, no qual se aclara o contexto histórico e social em que Porteiro viveu e escreveu, assim como sua identificação com uma proposta socialista de natureza democrática, humanista e espiritualista, com diferença das tendências socialistas de cunho materialista e ditatorial. (Nota da Ediciones Cima).*

Agreguemos, todavia, ao exposto, algumas idéias complementares que se referem à justiça social e ao direito natural:

“A justiça consiste em cada um respeitar os direitos dos demais.” (Idem 875).

“Está de tal modo em a natureza, que vos revoltais à simples idéia de uma injustiça.” (873).

“Os direitos naturais são os mesmos para todos os homens, desde os de condição mais humilde até os de posição mais elevada.” (Item 878).

Entenda-se bem que Kardec se refere aos direitos naturais, cuja igualdade reconhece, e não aos concedidos pela lei civil, segundo suas próprias palavras,

“... (o homem) não raro há criado direitos e deveres imaginários,⁴ que a lei natural condena e que os povos riscam de seus códigos à medida que progridem.” (Item 795).

⁴ *Diríamos mesmo direitos e deveres iníquos, extremamente injustos.*

Em outra passagem, diz:

“Condenando-se a pedir esmola, o homem se degrada física e moralmente: embrutece-se. Uma sociedade que se baseie na lei de Deus e na justiça deve prover à vida do *fraco*, sem que haja para ele humilhação. Deve assegurar a existência dos que não podem trabalhar, sem lhes deixar a vida *à mercê do acaso* e da boa-vontade de alguns.” (Item 888).

E completa o pensamento com este outro não menos revolucionário na ordem das idéias sociológicas. Referindo-se à civilização, diz que unicamente pode existir povo mais civilizado

“... onde as leis nenhum privilégio consagrem e sejam as mesmas, assim para o último, como para o primeiro; onde com menos parcialidade se exerça a justiça; onde o fraco encontre sempre amparo contra o forte; onde a vida do homem, suas crenças e opiniões sejam mormente respeitadas; onde exista menor número de desgraçados; enfim, onde todo homem de boa-vontade esteja certo de lhe não faltar o necessário.” (Item 793).

Em outra passagem, diz:

“Quanto mais se aproximam da verdadeira justiça, tanto menos instáveis são as leis humanas, isto é, tanto mais estáveis se vão tornando, conforme vão sendo feitas para todos e se identificam com a lei natural.” (795).

“Infelizmente, essas leis (refere-se às que ainda existem) mais se destinam a punir o mal depois de feito, do que a lhe secar a fonte.” (796).

Para terminar esta exposição de conceitos sociológicos extraídos das obras fundamentais do Espiritismo e não cansar mais a atenção do leitor,

me contentarei em citar os parágrafos que servem de corolário ao exposto e cujos conceitos são, para o caso que nos ocupa, de valor inestimável:

“...suponhamos uma sociedade de homens bastante desinteressados, bastante bons e benévolos para viverem fraternalmente, sem haver entre eles nem privilégios, nem direitos excepcionais, pois de outro modo não haveria fraternidade. Tratar a alguém de irmão é tratá-lo de igual para igual; é querer quem assim o trate, para ele, o que para si próprio querereria. Num povo de irmãos, a igualdade será a consequência de seus sentimentos, da maneira de procederem, e se estabelecerá pela força mesma das coisas. Qual, porém, o inimigo da igualdade? O orgulho, que faz queira o homem ter em toda parte a primazia e o domínio, que vive de privilégios e exceções...” (*Obras Póstumas* – “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”).

“Será possível a destruição do orgulho e do egoísmo? Responderemos alto e terminantemente: SIM. Do contrário, forçoso seria determinar um ponto de parada ao progresso da Humanidade...” (Idem).

“... A aspiração do homem por uma melhor ordem de coisas é indício da possibilidade de alcançá-la. Aos que são progressistas cabe acelerar esse movimento por meio do estudo e da utilização dos meios mais eficientes.” (Idem).

III

Como se vê, o Espiritismo não é uma ideologia conservadora, adaptável aos interesses econômicos mesquinhos que servem de fundamento ao atual regime social.

Nas citações que acabamos de fazer acham-se expressos, com admirável simplicidade, os conceitos da nova Sociologia que deverá servir de base à sociedade do porvir, para a qual tendem todos os homens de ideais sadios, amantes da verdade e da justiça.

Eis aqui a exposição sintética destes princípios emanados da doutrina espiritista:

reconhecimento do direito natural;

reconhecimento da igualdade social;

reconhecimento da igualdade econômica, proporcional às necessidades e aptidões de cada um;

reconhecimento da igualdade de deveres na produção útil, seja no trabalho material ou intelectual;

distribuição do trabalho social em concordância com as aptidões e gostos de cada um e liberdade na escolha do trabalho, bem como na duração do tempo;

supressão de todo castigo legal e implantação de novos métodos corretivos, em concordância com o conceito espiritual da vida;

educação moral fundada na justiça e no direito natural igual para todos;

respeito mútuo, sem distinção de classe social, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, não como meros decretos institucionais, mas como direitos sociais, derivados da justiça econômica e social e da nova moral espírita.

Se a tudo isto juntamos a igualdade de direitos da mulher em relação ao homem: a liberdade de consciência e de idéias; a proteção da sociedade para o livre desenvolvimento das faculdades e aptidões dos indivíduos de ambos os sexos; a tolerância, sem prejuízo à educação e ao exercício das atividades; a caridade, no sentido de amor, de piedade e de sacrifício; a propensão por parte das forças dirigentes da sociedade, para que o trabalho seja cada vez mais agradável, menos forçado, mais intelectual e, acima de tudo, a certeza de nossa imortalidade, de nosso progresso indefinido, que emana da doutrina espiritista e que estão expressos em suas obras fundamentais; vemos que o Espiritismo, longe de ser uma tendência conservadora, é a mais revolucionária, a mais humana e a mais espiritual de todas quantas existem.

Ante esta perspectiva grandiosa que o Espiritismo nos oferece para a sociedade do futuro, e que não é, como se costuma dizer, uma concepção utópica, “produto de cérebro anarquizado”, como poderíamos nós espíritas permanecer indiferentes diante dos crimes sociais, da exploração de uma classe dominante, que garante seu poderio e o monopólio da riqueza social na razão da força, sobre a ignorância dos povos e o falso ensinamento de uma moral interesseira? Como poderíamos concordar com esta ordem social estabelecida sobre a desordem dirigida pelo império da força? Como poderíamos contemplar a imoralidade, o vício, a injustiça, a exploração e o roubo sociais – que se querem fazer passar por coisas muito justas, boas, morais – sem manifestar nosso repúdio? Como poderíamos conviver com a hipocrisia e a mentira, se os princípios que sustentamos a elas se opõem? Como, enfim, poderíamos nos conformar com a situação do regime atual

criado sobre privilégios iníquos, se o Espiritismo nos fala de uma sociedade melhor, de paz, de amor, de fraternidade e de justiça, e da possibilidade de realizá-la? Quem há de realizá-la, admitida sua possibilidade, se não os homens que nela crêem, por seu esforço contínuo, com a prédica perseverante, com o propósito declarado à paz do mundo, com a ação constante no impulso moralizador nessa direção e pelos meios mais eficazes e convincentes?

Para o espírita, a sociedade humana é um dinamismo espiritual que se move por impulsos de idéias e sentimentos no sentido progressivo; mas como o progresso não se efetua em linha reta, senão como dizem certos filósofos, em forma de espiral, tem seus aparentes decessos, que correspondem ao final de cada civilização, caracterizados pela crise geral em todas as ordens da vida, cuja civilização ao final da curvatura de seu ciclo evolutivo, com o impulso das forças que a determina, dá nascimento a outras. E assim sucessivamente, de ciclo em ciclo, a humanidade vai-se elevando para formas sociais mais perfeitas, passando sempre pelas mesmas fases de nascimento, apogeu, decadência e morte aparentes. Mas este impulso dinâmico social se deve sempre a novas tendências ideológicas, às tendências individuais ou coletivas que, pela lei da mesma evolução, tendem a separar-se das tendências gerais, ou seja, das velhas ideologias conservadoras, arraigadas aos interesses materiais que se criaram na sociedade.

Eis o motivo pelo qual os homens mais evoluídos moral e espiritualmente, os que formam parte das novas tendências ideológicas e os que se sentem afinados com elas, “os homens amantes do progresso”, como diz Kardec, são os que devem dar impulso a este novo ciclo da evolução humana, porque suas ideologias são – o diremos – as novas células da sociedade, chamada a fortalecer seu organismo em decadência e dar-lhe nova vitalidade.

É um alívio dizer que o Espiritismo se encontra a uma altura muito superior às demais ideologias, porque não somente crê na justiça, como a faz emanar de um Princípio eterno, justo e onisciente, manancial de todas as virtudes e de todos os sentimentos que exaltam e enobrecem o homem e, portanto, é capaz de infundir à sociedade essa nova vitalidade de que carece, de imprimir-lhe novos rumos em direção a uma nova era de paz,

amor e justiça. E ao dizer o Espiritismo, entendo dizer os espíritas, já que, como diz o Evangelho, ao que muito foi dado, muito será pedido.

Para chegar à realização mais rápida desta finalidade social, nós espíritas nos vemos impelidos, por força dos mesmos acontecimentos que se desenvolvem no mundo neste momento transitório da história, a intensificar nossa ação moralizadora e transformadora dos valores sociais, ação construtiva e ao mesmo tempo destrutiva, esta no sentido de neutralizar a falsa educação, a moral interesseira e discordante, que se dá ao homem desde sua infância e o ensina a cumprir deveres e a respeitar direitos que não são senão disposições arbitrárias, que estão em conflito com a justiça e com o direito natural e, por conseguinte, com os princípios morais do Espiritismo. É uma educação que se inculca com o propósito de manter esta sociedade de privilégios, fonte de ódios, de guerras, de roubos e imoralidades. Uma ação destrutiva, enfim, no sentido de criticar e combater, franca e abertamente, todas as injustiças, crimes e prerrogativas sociais, ensinando a não reconhecer outras riquezas nem outros títulos de superioridade senão aqueles que tenham sido adquiridos com o esforço próprio e sem prejuízo de outrem. Uma ação construtiva no sentido de ensinar a moral espírita em toda sua força, que se sobrepõe a todas as ambições materiais, a todos os egoísmos e orgulhos – que formam o fundamento do privilégio –, o amor, a igualdade e a fraternidade.

Nós espíritas, que temos penetrado no sentido evolutivo da vida, tanto individual como social, marchamos cheios de sadio otimismo em direção a essa nova sociedade que se vislumbra, mas não como simples espectadores, nem obrigados pela força dos acontecimentos – como muitos supõem – mas como propulsores desse grande movimento social que se gera nas idéias e se desenvolve no mundo factuel, levando a tocha de nosso ideal a maior altura e tornando-a mais capaz de iluminar a humanidade e conduzi-la com maior prudência e menos sacrifício. Não queremos chegar a ela com as mãos sujas de sangue, porque esse sangue é nosso próprio sangue e os delitos que combatemos são também nossos próprios delitos. Por outro lado, ainda que em última instância a violência fosse necessária – dada a resistência do egoísmo contra a justiça e o direito –, ela seria completamente estéril e de resultados negativos, não estando a consciência dos povos suficientemente evoluída para afiançar o novo regime sobre as

bases da igualdade econômica e social que, como bem disse Kardec, não poderia existir sem verdadeira fraternidade.

A revolução se realiza nas idéias e nos sentimentos morais, sobre uma base espiritual e positiva, porque sem ela não pode haver emancipação social nem justiça, aperfeiçoamento individual ou coletivo.

Quando os homens se derem exata conta do que são, para que vêm à Terra e da finalidade que perseguem como espíritos, não como bestas insaciáveis e egoístas; quando, pelos ensinamentos do mundo espiritual, se convençam do ínfimo valor das riquezas materiais se estas não servem para aumentar as riquezas do espírito e satisfazer a todas as necessidades da vida social, quando, enfim, estas e outras coisas que o Espiritismo ensina penetrarem nas consciências obscurecidas por interesses mesquinhos da vida material, então a fraternidade, o reinado da igualdade e da justiça será um fato, não serão necessárias revoluções sangrentas para impô-las.

Enquanto isso, cabe aos que temos abraçado este ideal, aos que amam a verdade e a justiça, trabalhar assiduamente para que esta finalidade social se realize, porque sua realização depende do esforço e também do sacrifício dos que nela crêem.

Conceitos Sociológicos

Não se pode negar que a sociedade atual está alicerçada em uma base econômica injusta e imoral, sobre a qual se constituíram leis que são a fiel expressão da injustiça e da imoralidade. Tudo isto dá origem a conflitos políticos e sociais inevitáveis, enquanto subsista a causa que os determina. Esta causa, imediata, ainda que resultante de outros fatores de ordem psicológica e moral, nem por isso deixa de ser geradora de ódios de classe e de conseqüentes lutas. Serão inúteis, portanto, todos os esforços da moral conservadora, todos os paliativos e reformas políticas para fazer desaparecer esses ódios e conciliar os interesses opostos, porque estes existirão enquanto não se modifique fundamentalmente a estrutura econômica da sociedade, enquanto não mude o modo de produção e de distribuição da riqueza social, tanto no que corresponda aos bens materiais como aos espirituais.

Os conflitos entre o capital e o trabalho não são meros acidentes circunstanciais, provocados por imperícia, etc., dos “governos maus” – como algumas pessoas pensam, vítimas das perspectivas da política – pelo encarecimento da vida ou crise da produção, ou como dizem outros, por inveja dos despossuídos ao luxo e ao bem-estar dos possuidores; são as forças da História que tendem ao equilíbrio econômico da sociedade, impulsionadas por essa necessidade de viver que se tem chamado de “luta pela vida” e por uma ideologia social superior, cujos elementos morais são tão antigos quanto a humanidade.

As forças oprimidas sempre têm lutado contra as forças opressoras, por necessidade e por justiça. As rebeliões, quando se têm inspirado em um princípio de justiça, têm encontrado o justo reconhecimento e a defesa dos espíritos superiores.

Não é o regime capitalista que tem gerado os conflitos sociais por razões de índole econômica, nem as ideologias sociológicas nele tiveram sua origem.

A Grécia antiga foi teatro de lutas intermináveis entre pobres e ricos, lutas de índole econômica e social, que encontraram em Licurgo e Sólon, respectivamente, os intérpretes das justas aspirações do povo. A legislação de Licurgo teve em Esparta a virtude de aplacar as turbulências da plebe, não por leis políticas, que somente criaram uma democracia à semelhança dos demais povos da Grécia, se não por suas instituições morais, talvez demasiado austeras e rígidas, mas à época convenientes ao espírito belicoso daquele povo, a fim de afiançar o novo regime econômico. A prodigalidade de uns e a avareza de outros, além de várias outras circunstâncias, haviam feito – como disse o historiador Ségur – que um reduzido número de cidadãos possuísse todas as terras e deixasse os demais no seio da mais horrenda pobreza, que era a causa das freqüentes rebeliões, nas quais perigava a vida dos ricos, objeto sempre do ódio dos pobres.

Licurgo ceifou as duas fontes do ódio e da corrupção, a pobreza e a riqueza, estabelecendo a comunidade de bens e repartindo a terra proporcionalmente à necessidade dos cidadãos e dos camponeses, estabelecendo a mesma igualdade nas propriedades mobiliárias; tratou de desterrar o luxo desmedido, que é outra das fontes de corrupção, fez desaparecer as moedas de ouro e prata e criou uma de ferro para evitar a ambição do dinheiro.

A legislação de Licurgo não foi perfeita, como não poderia sê-lo em sua época, mas nela se encontram os elementos morais da justiça econômica e social, elementos que foram tomados em parte das heráclias⁵ e em parte da legislação de Minos, sábio legislador e rei de Creta, de onde também Sólon os tomou. Este último não foi tão profundamente revolucionário quanto Licurgo. Não implantou a comunidade de bens nem repartiu as terras, mas aboliu as dívidas dos pobres, que os convertiam em escravos dos ricos, e deu liberdade aos cidadãos presos por inadimplência. A legislação de Sólon foi apenas política e por isso não teve a virtude de impedir as revoluções entre pobres e ricos, cujo fundamento era muito superior à virtude conservadora de suas leis.

⁵ *Heráclia* – festa em homenagem ao semideus Hércules, na Grécia Antiga. (Nota do Tradutor.)

A idéia de justiça econômica e social teve em todos os povos e épocas da história seus defensores e se encontra ainda no estado antropológico do

homem, em luta com seus instintos inferiores. Sem irmos tão longe, mas afastando-nos muitos milhares de anos da época de Licurgo e de Sólon, encontramos o conceito de justiça econômica e social. A Índia legendária legou-nos essa jóia literária que se chama *Os Vedas*, uma das parábolas de Krishna, na qual aconselha o lema socialista em seu mais amplo e elevado conceito, qual seja:

“Cada um que produza segundo suas forças e consuma segundo suas necessidades.”

e desaprova o conceito mesquinho de retribuição proporcional à quantidade de trabalho e não à de tempo e de esforço:

“Não se pode pedir à formiga o mesmo trabalho que ao elefante”;

à tartaruga a mesma agilidade que o cervo;

ao pássaro, que nade; ao peixe, que se eleve pelos ares.

Não se pode exigir da criança a prudência do pai.

Pelas boas ações, em si mesmas, e não pela quantidade, é que sereis julgados.”

O povo hebreu, apesar de sua corrupção, teve também em Isaías um defensor da justiça econômica e social. Diz ele em um de seus cantos:

“Protegei o oprimido,

Os que tenham amassado o trigo, o comerão.

E exaltarás o Eterno.

Os que tenham colhido o vinho o beberão.

Nas paredes de meu santuário

... construirão casas e as habitarão.

Plantarão vinhas e comerão seu fruto.

... Não trabalharão em vão.

Não terão filhos para vê-los perecer.

Porque formarão uma raça bendita pelo Eterno.

E seus filhos estarão com eles.

... Não se causará dano ou prejuízo,

Em toda minha santa montanha.

Diz o Eterno.”

Eis aqui uma promessa justiceira para os trabalhadores despojados do produto de seu trabalho, uma ideologia sociológica comentada em versos que interpretam as aspirações mais sadias da humanidade e resume as

chamadas utopias da sociedade futura, sistematizadas pelos nossos mais audazes sociólogos e pensadores.

Quem é que ao ler estas sentenças proféticas, de amor e de justiça, não sente profunda admiração e se pergunta se nossos poetas libertários têm cantado algo melhor?

Os sentimentos de justiça e de solidariedade são imanentes na consciência humana e se revelam nas almas superiores quando a eles se opõem o egoísmo e as ambições mesquinhas dos seres moralmente menos evoluídos.

Jesus sintetizou a moral social nestas santas palavras, que são o fundamento da verdadeira sociologia:

“Não faças a teu semelhante o que não queiras para ti; faze a teu semelhante o que para ti queiras.”

Quer dizer que se não queremos sofrer pelo maltrato e injustiça de nossos semelhantes, se não queremos viver na indiferença e na miséria, se não queremos que nos julguem por nossos erros e fraquezas e não nos castiguem por nossas faltas, se não queremos sofrer pelo gozo que outros desfrutam, não façamos sofrer aos demais, privando-os do direito à liberdade, à satisfação de seus apetites naturais e necessidades, à felicidade plena da vida. Se queremos esses bens e esses gozos para nós, façamos com que os demais também desfrutem deles segundo suas necessidades e desejos.

Quando Jesus afirmou que era mais fácil que um camelo entrasse pelo buraco de uma agulha do que um rico no reino dos céus, queria dizer, sem dúvida, que o rico, ao deter parte da riqueza social, privava a outros seres de sua parte de satisfações materiais e espirituais e de sua felicidade e, portanto, não podia ser justo nem querer para os demais o que queria para ele.

Um dia perguntaram a Licurgo qual era o melhor meio para se defender dos inimigos e ele respondeu: “ser pobre”.

Não significa que o pobre, por sê-lo, seja melhor do que o rico ou tenha maiores merecimentos: pois os pobres chegam, amiúde, a ser ricos, e os ricos a ser pobres, e a sociedade não muda nem melhora por isso. Significa simplesmente que a riqueza individual é uma prerrogativa da desigualdade social, que favorece a uns em detrimento de outros.

A Revolução Francesa, ao derrotar o feudalismo e fazer desaparecer a antiga servidão, reconheceu os direitos (limitados) do homem e estabeleceu a liberdade e a igualdade políticas, mas não a igualdade econômica, ou seja, o dever de produzir e o direito de consumir segundo a capacidade e as necessidades materiais e espirituais de cada um, que é, na sociologia, o verdadeiro fundamento da justiça.

A burguesia aboliu o feudalismo, fez desaparecer a antiga servidão, e ao converter-se em capitalista, criou o proletariado. O burguês sucedeu ao senhor feudal e o proletário assalariado ao servo sem salário (mas com subsistência assegurada). A riqueza mudou de donos e a miséria de escravos. O antagonismo entre feudais e burgueses desapareceu com o velho regime, mas o antagonismo entre ricos e pobres, entre explorados e exploradores, subsiste e com ele o “direito” à justiça econômica e social que se reclama desde que o homem é vítima da exploração do homem. Não se pode opor, portanto, a esse legítimo direito o “dever” que exige a moral burguesa, inspirada em um princípio de injustiça. Que dever pode exigir-se do miserável, que sofre as dores e as conseqüências da fome e da excessiva pobreza, reduzido a essa triste situação pelo egoísmo e avareza? Por acaso, ele produzirá mais do que suas forças o permitam? Moral vigorosa, esta, digna dos mercadores do templo a quem fustigou a bendita mão de Jesus!

Desde a famosa “Declaração dos Direitos do Homem”, que deslumbrou o mundo por suas afagantes perspectivas de liberdade, igualdade e fraternidade, a lei reconhece os homens, em todas as nações civilizadas, como livres e iguais (no papel), mas esta liberdade e esta igualdade, exclusivamente políticas, se fundam, como antes da Revolução, na igualdade econômica, aquela que dá origem à tirania social, ambas geradoras de ódios e conflitos sociais e dos maiores crimes e imoralidades que a lei acolhe e defende, para manter a ordem dentro da “desordem ordenada”, como a chamou o grande Tolstói.

Vemos, pois, que a desigualdade econômica, ou mais exatamente, a desproporção de riquezas, é a que produz ódios e lutas de classes e a que gera a maior parte dos sofrimentos e inquietações, tanto nos pobres como nos ricos, estes últimos porque, apesar dos bens materiais que possuem, não podem ser de todo felizes, fazendo infelizes os despossuídos e lutando, as mais das vezes, criminosamente, para conservar ou acrescentar suas fortunas em uma sociedade onde os interesses opostos e a competição

entre si exigem, para vencer, o sacrifício dos mais nobres sentimentos, da honradez e até da dignidade humana, enquanto em um regime mais eqüitativo poderiam ter mais satisfações e mais felicidade, com mais moralidade e menos inquietação.

A fraternidade e a solidariedade humanas, como expressão sociológica, são meras palavras – como aspirações nobres, mas utópicas em uns, falazes promessas em outros – onde existe o monopólio da riqueza e os meios mais criminosos para adquiri-la e ainda para retê-la, apoiados em legislações cujos fundamentos básicos estão calcados na desigualdade econômica que dá a uns privilégios de fortuna, de gozos e de aquisições espirituais, em detrimento dos outros.

O modo de constituição econômica da sociedade, isto é, seu modo de produção e distribuição da riqueza, não depende dos governos: estes são os representantes de um regime, os defensores e não seus feitores. Se o regime é injusto, injustas serão as leis, e os governos, maus ou bons, legislarão e governarão de acordo com ele.

A transformação social não pode ser, desde logo, o resultado de reformas políticas, que apenas resvalam a periferia da sociedade, sem afetar, no mínimo, a sua base. As leis, como as constituições políticas, se fundam na estrutura material, na economia e não em princípios morais, nem em bases naturais ou divinas.

Os legisladores políticos e magistrados não têm em conta o fim moral e espiritual dos indivíduos, nem o bem-estar geral dos cidadãos, mas os interesses que estão em jogo, na sociedade, os interesses capitalistas, cujo império assentaram no mundo, ao amparo de todas as injustiças. E aquelas exceções que existem na regra, acabam por adaptar-se ao meio político, ou caem na apatia e na inação como o esquilo de Apólogo, de Sebastião Faure, que desenvolvia grande atividade no bosque, seu meio propício, “e que uma vez enjaulado acabou por encostar-se...”.

O Espiritismo, ao enfrentar o problema social, não se limita a explicar as injustiças sociais tomando-as como efeitos de causas remotas, porque o determinismo espírita, ou seja, a lei de causalidade moral, não é fatalista. O espírita pode e deve influir na sociedade para que a injustiça econômica e os males que origina desapareçam ou, pelo menos, diminuam, demonstrando que a verdadeira sociedade exige justiça, solidariedade e amor e que onde estes existem, não pode existir a exploração do homem

pelo homem, o privilégio e o monopólio da riqueza social, nem as leis que os protegem nem a falsa moral que os ampara. Pois não é possível conciliar a riqueza com a miséria se esta não renuncia a suas pretensões de estabelecer prerrogativas iníquas que tornam infelizes a maioria dos seres humanos.

Se caridade é dar um pão duro ao faminto e aliviar os sofrimentos oriundos, na maior parte, das injustiças sociais, não deixa também de ser caridade lutar aberta e desinteressadamente contra todas essas injustiças, reclamando como justo direito o que por lei natural e divina a todos pertence.

O Espiritismo não está em oposição à igualdade econômica proporcional às necessidades materiais e espirituais de cada um. Pelo contrário, crê que sua realização será um fato quando a humanidade tenha chegado a um grau de evolução superior; e trabalha com esse fim educando moralmente em uma ideologia superior à humanidade e fazendo permanentes seus princípios morais na prática do bem, começando por efetuar o menos para chegar a realizar o mais. Nega, é certo, a eficácia da ação sistemática dos meios violentos e criminosos, considerando que os homens são todos irmãos e que as injustiças e maldades são efeitos da evolução, mais próprias da ignorância e da imperfeição do que da perversidade natural daqueles que retêm a parte da riqueza e felicidade de seus irmãos. Crê, de acordo com o conhecimento da lei de causalidade espírita, que não existe, a rigor, divisão de classes, mas posições econômicas e sociais diferentes, posto que o rico pode chegar a ser pobre e o pobre a ser rico e que o espírito, no curso de suas encarnações, passa alternativamente por todas essas fases de sua evolução sem ser, porém, nem pobre nem rico. Portanto, para o espírita, o problema econômico e social é, em última análise, um problema de ordem moral que necessita de métodos mais inteligentes que produzam na consciência do indivíduo e da sociedade essa nova ideologia social que se irá realizando paulatinamente à medida que os povos conscientes a imponham e que as classes privilegiadas cedam ante a força e o reconhecimento da justiça.

Afirma o ilustre Oliver Lodge:

“Serão os homens tão loucos, tão insensatos e tão infames que continuem buscando mutuamente meios para exterminar-se? Ou, pelo contrário, vão renunciar a tarefa tão baixa e criminosa e concentrar todos seus esforços

em combater a ignorância, a miséria, o mal, a pobreza, tantas pragas sempre dispostas a cair sobre os homens, mas que podem ser fácil e perfeitamente vencidas? A vida deve ser uma coisa bela”.

O Espiritismo assim o aconselha e, por nossa parte, assim o desejamos.

Fascismo e Comunismo

“Uma revolução – disse o genial Victor Hugo – é o germe de uma civilização”. Isto é muito certo, mas não o é menos que uma revolução que não interpreta os interesses e aspirações comuns e deixa na civilização criada o princípio da própria decomposição.

Tal foi a Revolução Francesa que, ao representar os interesses e aspirações de apenas uma classe, disseminou na nova civilização capitalista, com a contradição da nova classe que engendrou, o germe de sua destruição: a nova ideologia revolucionária que dá forma ao Socialismo.

Assim que a sociedade burguesa se constituiu, surgiu o novo antagonismo de classes, antagonismo que já na véspera da Revolução (1788 a abril de 1789) havia estourado em movimentos paredistas de caráter sindical, que se intensificaram e se estenderam depois da Revolução, em virtude do desenvolvimento econômico e industrial e da ideologia comunista que, apenas esboçada por alguns pensadores nos primórdios do Século XVIII, começava a tomar corpo na Revolução, impulsionando-a para a emancipação econômica, assim como a ideologia burguesa a havia impulsionado para a emancipação política.

A Assembléia Constituinte, velando pelos interesses da nascente burguesia – da qual era sua fiel expressão – suprimiu os grêmios e as irmandades religiosas – espécie de sindicatos com caráter mutualista e de defesa gremial – e fez com que a classe obreira se submetesse à vontade da burguesia. Significa que o novo Estado burguês, livre do poder da nobreza e do clero, espezinhando a famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, decretada em agosto de 1789, votou, dois anos depois (14 de junho de 1791), para favorecer os novos privilégios da burguesia, um decreto proibindo as organizações obreiras e as greves, sob pretexto de que essas organizações e essa atitude defensiva para neutralizar a desmedida ambição capitalista eram contrárias ao “princípio da igualdade humana” e ao espírito da Revolução.

Hoje também, para justificar todas as arbitrariedades, injustiças e crimes sociais, se procede em nome da “igualdade de direitos” e da “liberdade política”, mil vezes desprezadas pelos mesmos que a proclamam. Esta foi e segue sendo a tática do Estado capitalista, cuja democracia e liberalismo terminam onde começa o privilégio que defende.

Inútil, impotente, incapaz, corrompida pelas mesmas contradições em que se enreda e pela adaptação das condutas para desfrute de situações melhores, a democracia deixou de ser a fé e a esperança dos povos condutores que anseiam por sua emancipação econômica e social. E deixou também de ser porque, na prática, não condiz com a liberdade que postula: pois se bem o regime democrático prescreva a absoluta liberdade de opinião e de propaganda, tanto política, religiosa quanto ideológica, esse respeito à liberdade, essa garantia constitucional da democracia, no sistema capitalista, é restringida ou anulada enquanto fere os interesses da classe dominante.

O regime democrático e liberal exige para sua legítima existência que o Estado garanta a livre propaganda dos ideais humanos, mesmo os mais atrevidos. A essência da democracia é a liberdade; sem ela é um mito. O governo, para ser democrático, deve permanecer neutro a respeito das opiniões políticas e tendências sociais, deixando que elas se desenvolvam e encarnem a vontade popular, para que esta, ilustrada nos problemas sociais, se manifeste livre e conscientemente dentro das normas da legalidade. Mas esta neutralidade e respeito dos direitos políticos e sociais não existe nem pode existir em um regime onde uma classe domina economicamente outra e o governo serve aos interesses da classe dominante. O que na atual sociedade se chama democracia não é mais do que a ditadura capitalista encoberta por detrás desse nome.

Se os métodos democráticos – por razões já expostas – não oferecem nenhuma probabilidade de resolver o problema social favoravelmente à tendência socialista, tampouco podem servir para afiançar e menos para perpetuar o regime capitalista. Daí que, rompido o centro em que gravitam as tendências sociais opostas, devido à agudização da crise capitalista, que aprofunda o antagonismo de classes, não existindo já nenhuma possibilidade de conciliar esse antagonismo, porque não existe entre as classes em luta uma finalidade econômica e social comum, as forças antagônicas se recolhem em si mesmas e se enclausuram em duas

correntes distintas, contraditórias, que culminam, por uma parte, no comunismo e por outra no fascismo.⁶

⁶ *Observemos que Porteiro escrevia estes conceitos perto do ano de 1930, quando o fascismo estava no auge na Alemanha, Itália e outras nações europeias, com toda sua carga de autoritarismo, militarismo, xenofobia e discriminação racial, ao mesmo tempo em que a Revolução Russa desfraldava suas bandeiras de redenção proletária, igualdade e justiça social, sem que, todavia, houvessem ainda despontado as perversões stalinistas. (Nota da Ediciones Cima.)*

O capitalismo, como regime político, é uma ditadura oculta atrás da democracia; o fascismo é a ditadura franca e descolada do capitalismo, para a perpetuação de seus privilégios em detrimento de todos os produtores, tanto os braçais como os intelectuais.

O comunismo não é uma ditadura de classe: é um sistema de produção e distribuição da riqueza em comum; é o desaparecimento das classes, substituídas por uma sociedade de produtores socialmente livres.

A ditadura do proletariado não é o comunismo; é uma forma política de transição para chegar ao comunismo; enquanto que a ditadura capitalista, encoberta sob a democracia ou descoberta no fascismo, é permanente e tem como única finalidade manter o regime de exploração com todas as suas criminosas conseqüências. A ditadura do proletariado é um método exclusivamente marxista com o qual se pode ou não estar de acordo segundo os sentimentos, a convicção e o grau de experiência psicológica e histórica de cada um. O comunismo, por sua vez, é uma concepção ideológica anterior ao marxismo, se não como sistema, como aspiração e também como realidade histórica. Mas é bem sabido que os partos da história (as revoluções) são sempre dolorosos e, por princípio, coercitivos. Desgraçadamente, não consultam nossos sentimentos e opiniões. Seria muito bom poder chegar ao socialismo deslizando-nos suavemente como um fio de seda, levando a razão por arma e o amor por lei, mas este meio fracassa fatalmente frente aos interesses materiais que se trata de ferir.

O fascismo é um novo ensaio do capitalismo doente, para sustentar seu predomínio de classe, uma nova forma de organização estatal à base de franca ditadura: o Estado capitalista soberano, absoluto. Apresentou-se, na Itália, com Benito Mussolini à frente, em momentos difíceis para a nação, quando o poder vacilava frente ao estado caótico causado pela guerra e frente também à revolução triunfante.

Mussolini, homem astuto, político conhecedor da organização sindical e da tática marxista, conseguiu organizar e disciplinar seu partido, iludindo as massas mediante ordens revolucionárias e declarações demagógicas, apresentando em 1919 um programa em que propunha o desarmamento internacional, a entrega da indústria às organizações operárias e prometendo (1920) a tomada das fábricas pelos trabalhadores. Aproveitou, em 1921, a indecisão do governo e a confusão ideológica do proletariado, que vacilava em apoderar-se da máquina do Estado, e em momento propício lançou-se à tomada do poder e à contra-revolução, apoiado no mesmo capitalismo que antes ameaçava destruir. Liquidado o movimento obreiro, decapitada a revolução, dominadas todas as forças opositoras por meio da violência mais crua e impiedosa, deu a virada completa, pondo a serviço do capitalismo suas organizações de choque, sua astúcia maquiavélica e o formidável sentido de disciplina revolucionária que lhe concedeu a Revolução Russa.

A tática que usa o fascismo é a mesma que adota o comunismo, mas seus fins são diametralmente opostos. Para o fascismo, como para o comunismo, todo o poder, material ou espiritual, é patrimônio exclusivo do Estado, não existe outra vontade nem outra liberdade que a do Estado ou a que convém a seus objetivos. Mas, enquanto no comunismo o Estado e a ditadura são formas transitórias para a realização de um fim social justo e humano, no fascismo tendem a perpetuar-se em benefício de uma minoria dominadora e impiedosa. Enquanto o comunismo na Rússia nacionaliza a terra, a indústria, a produção, os instrumentos do trabalho e os bancos, tendendo para que tudo seja patrimônio comum, o fascismo protege a propriedade privada, o individualismo econômico; mas forçado pelas circunstâncias, promete uma sangria no capitalismo com o propósito evidente de salvar-lhe a vida, sangria que consistiria na expropriação (em parte) dos bens dos grandes capitalistas, ou seja, daqueles que não secundam seus planos ditatoriais de salvamento. Mas, ainda que as artérias gastas do capitalismo sejam inconsistentes para conter a congestão, uma sangria (muito duvidosa de acontecer) não faria outra coisa senão prolongar-lhe um pouco mais a vida, mas não evitar sua morte, porque a lei econômica, histórica, está fatalmente determinada.

O conteúdo ideológico do fascismo não é outro senão o da burguesia; idêntico seu objetivo, idêntica sua moral, idêntica sua justiça social e

idêntica sua religião. Mussolini beijou o anel do papa depois de submetê-lo, massacrou o povo produtor depois de oferecer-lhe a terra, a indústria e a liberdade, destruiu as organizações sindicais, amordaçou as ideologias socialistas, matou e perseguiu os homens de idéias, traiu o socialismo, depois de ter sido socialista e, depois de haver proposto o desarmamento mundial, sustenta descaradamente que “as guerras são o estímulo das energias e dos povos”. Esta mesma característica apresenta o hitlerismo na Alemanha, a ditadura de Pilsudski na Polônia, a que apresentou a república pseudo-socialista de Ebert Scheidemann, na Alemanha e a que adotam todas as demais ditaduras social-fascistas em todas as partes do mundo para salvar da morte o capitalismo.

O fascismo se apresenta a todos os povos com uma ideologia enganosa, que seduz por sua novidade... Pátria, tradição, história, nacionalismo, são seus temas líricos; golpe de estado, virada reacionária, uma vez conquistado seu objetivo... Religião e espiritualismo, paz e trabalho, patriotismo e família... como meios de capturar os incautos: materialismo vulgar, carência de sentimentos religiosos, de moralidade e espiritualidade, uma vez no poder. Em suma: ditadura e despotismo para tornar permanentes os privilégios de uma classe que vive às expensas de outra.

O capitalismo é gerador do mais vulgar dos materialismos e é em si mesmo materialista, não obstante amparar-se em uma filosofia espiritualista e sustentar-se nas religiões positivas; materialismo que faz do homem escravo e o obriga a viver com a ambição de acumular riquezas materiais à custa dos demais, ou a arrastar-se miseravelmente com a preocupação constante de poder satisfazer às necessidades mais prementes da vida, as necessidades do estômago.

O socialismo como sistema social comunista, ao fazer da riqueza social patrimônio comum da sociedade e dar a terra e os instrumentos de trabalho como prestação e não como propriedade, ao reduzir o trabalho material ao mínimo de tempo e de esforço físico, mata a cobiça e a ambição dos bens materiais, elimina a preocupação da luta pela subsistência, cria um ambiente de amor, de paz e de alegria e acrescenta a espiritualidade.

Resolvido o problema econômico, o homem não poderá ocupar-se menos das coisas do espírito; e, ainda que o socialismo se apóie hoje nos erros filosóficos e científicos do século que o viu nascer, terá que orientar-se, queira-se ou não – em que pese seu conceito materialista da história e a

sua dialética das coisas – nas correntes do espiritualismo científico e modificar seu conceito da vida e do homem, porque duas verdades não se podem opor entre si, e para que o marxismo, neste aspecto de sua doutrina, seja uma verdade exclusiva, terá que destruir os fatos relacionados ao Espiritismo, ao metapsiquismo, à psicologia experimental, como igualmente às modernas descobertas da física e da biologia.

Então, onde termina a democracia (ditadura capitalista oculta), começa o fascismo, ditadura franca e desmascarada, mas vestida com uma roupagem ideológica enganadora e impregnada de lirismo e de idealismo espiritualista. Aí também começa o comunismo, cuja rigidez e enfeites materialistas assustam por sua feiúra, mas que, sem este acréscimo, pode ser aceitável por qualquer espiritualista que ame a verdade, tanto mais quando se pensa que, apesar de sua má aparência, constrói coisas tão formosas que hão de ser a base da mais elevada cultura e espiritualidade.

Ante esta realidade histórica de duas ideologias antagônicas em luta, de duas civilizações, uma que agoniza e se funde com seu egoísmo e seus crimes e outra que nasce laureada de anseios de justiça, de amor e de paz, fecundada por dores e esperanças seculares, nós espiritistas, se temos de caminhar de acordo com o progresso e a equidade, não podemos permanecer vacilantes, em uma atitude dilemática, porque a solução justa e equitativa do problema social não é um dilema: pode-se estar com Deus ou com o Diabo, mas não se pode estar de bem com os dois. Vale dizer que entre o comunismo e o fascismo não pode haver vacilação, não pode haver dúvida. O problema que nos apresenta a história não é bilateral, não pode resolver-se de duas maneiras distintas no sentido do bem-estar econômico e social.

Pela Paz do Mundo ⁷

Uma campanha auspiciosa, antiguerreira, está se realizando em todos os povos civilizados, ante o iminente perigo de uma guerra mundial ou de vastas projeções continentais, que se está gestando nas várias entranhas do capitalismo e que começou a eclodir no Extremo Oriente e em alguns países da América Latina, acessíveis às sugestões do imperialismo capitalista.

7 - Porteiro escreveu este capítulo em maio de 1933. (Nota da Ediciones Cima.)

Esta campanha antiguerreira está sendo encabeçada por sábios e intelectuais de grande prestígio. Basta citar os nomes de Barbusse, Romain Rolland, Einstein, Gorki, Waldo Frank, etc., aos quais se somam milhões de aderentes de diversos matizes ideológicos (mas com tendência social avançada) e a imensa maioria de trabalhadores do mundo inteiro. É uma obra heróica e magnânima que, se se levar a feliz termo e consolidar-se em uma frente única de resistência antiguerreira, além de evitar dias de sangue e de luto à nossa pobre humanidade, representaria uma força social respeitável, capaz de por em xeque esse mesmo capitalismo.

A Sociedade das Nações, a Conferência de Desarmamento, os “tratados” de “paz permanente” (o de Versalhes, por exemplo), os “congressos” de políticos tagarelas, etc., já se viu que não têm nenhuma força de autoridade sobre o imperialismo capitalista, nenhuma eficácia nem poder para evitar as guerras que este impõe como condição necessária de sua existência para resolver suas próprias contradições. Antes, as estimulam e provocam, quando não as geram, posto que os representantes de todas essas instituições de direito internacional e da paz não são outros que os mais ilustres representantes do capitalismo das respectivas nações associadas e não os intérpretes das aspirações dos povos laboriosos que aspiram à paz, acima dos interesses de todos os imperialismos.

Enquanto o Japão, em guerra de conquista e de espólio, ocupava militarmente parte da China, bombardeava Shangai e ensangüentava as ruas semeando-as de cadáveres, anexava parte da Mandchúria,⁸ dela

servindo-se como base de futuras invasões para obter seus objetivos sobre a Rússia, os representantes da Sociedade das Nações, da Conferência de Desarmamento, etc., contemplavam o incêndio e a carnificina humana. Enquanto se perdiam em discussões inócuas sobre a paz, em simuladas ameaças contra a guerra, davam tempo ao Japão para sua conquista de rapina, consentindo tacitamente com ela, mas com vistas, das demais nações imperialistas, de participar do saque, vigiando, receosas, em pé de guerra, não obstante participar dos preparativos da “paz duradoura”.

⁸ *Mandchúria, ou Manchúria – antiga região no nordeste da China. No reinado da dinastia Manchu Tging, de 1644 a 1911, a Mandchúria desfrutou de um estatuto particular. (N.T.)*

Mais tarde, o Japão levou sua conquista à última província mandchuriana: apoderou-se de Jehol, sem se importar com as intrigas e ameaças das demais nações cooperadas, que sabia não serem mais que simples conchavos da diplomacia império-capitalista.

Outra mostra de incapacidade manifesta, ou melhor dizendo, de dissimulada cumplicidade de todas essas caducas instituições “pacificadoras”, temo-las no conflito armado do Chaco Boreal, onde milhares de homens jogam a vida por interesses exclusivamente capitalistas e cujo sangue não cessará de correr até quando o petróleo da Standard Oil não desça pelo oleoduto que o conduzirá desde o altiplano boliviano até o rio Paraguai, se é que o capitalismo anglo-argentino não resista à pretensão do capitalismo norte-americano. Eis aí, em síntese, todo o lirismo patriótico da guerra entre Paraguai e Bolívia.⁹ Ainda assim, muitos incautos esperam uma solução pacifista por parte do mesmo imperialismo capitalista que impôs a guerra em nome da “pátria”.

⁹ *A Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai ocorreu de 1928 a 1929 e de 1932 a 1935, motivada pela posse do deserto do Chaco, rico em petróleo. (N.T.)*

O mesmo podemos dizer do conflito entre Peru e Colômbia na questão da Letícia, cuja solução pacífica, por parte das instituições mencionadas, terá o mesmo resultado que contemplamos no Chaco Boreal.

Essas contendidas armadas – sem declaração prévia de guerra, para evitar responsabilidades e deixar intacto o prestígio das “ligas”, “conferências” e “tratados” – são sinais seguros da grande hecatombe que se avizinha, efeito da mesma causa econômica. Esta, não sendo combatida com eficiência em seus fundamentos, por uma força de opinião e de resistência organizada, terá conseqüências funestas para a técnica militar e novos procedimentos

de destruição e de morte, além da finalidade criminoso e retrógrada que o imperialismo persegue por meio da guerra para dar uma solução à crise, eliminando o excedente de produtos que afetam seu sistema, em oposição também a toda ideologia social e humana e, por tal razão, ao socialismo em construção.

Sinais inequívocos desta ação criminoso e destrutiva que prepara o capitalismo em seus estertores de agonia são as cifras fabulosas que se investem em armamentos e preparação bélica que, incluindo todas as nações, somam em números redondos a bagatela de 104 bilhões de francos. A Argentina, por si só e não obstante seus 800 mil desempregados e um número muito maior com trabalho e recursos escassos, que representam com suas famílias uns quatro milhões de famintos, gasta o luxo de 1.253 milhões de francos. Os Estados Unidos, apesar de seus 15 milhões de desempregados e 37 milhões de famintos (segundo dados recentes), investe nada menos que 17.685 milhões de francos.¹⁰ E assim, mais ou menos, em somas desmedidas, as demais nações, o que prova a que preço pode manter-se o regime capitalista no estado de crise aguda em que se encontra, sobre que precipício de elementos bélicos e de propósitos “pacifistas” descansa a ingênua pomba da paz e como planejam os representantes dos governos capitalistas na Sociedade das Nações e na Conferência de Desarmamento a “paz permanente”.

¹⁰ *Refleta o leitor acerca das mais fabulosas cifras investidas para a miserável guerra que a humanidade sofreu nos meados do século XX. (Nota da Ediciones Cima).*

É interessante deixar claro a hipocrisia dos propósitos pacifistas dessas instituições oficiais em favor da paz, frente à proposição russa, apresentada por Litvinov à Conferência do Desarmamento. Depois de alguns considerandos, nos quais se fazia notar que a existência dos armamentos significa uma ameaça de guerra, que os gastos que estes ocasionam são uma carga para as massas, que os conflitos armados têm como único objeto arrancar o trabalhador de seu lugar e de suas ocupações pacíficas para que ajude a desencadear inumeráveis calamidades e favorecer a crise econômica atual com todas suas terríveis conseqüências, a proposição do delegado russo terminava:

“... e comprovado, finalmente, que os Estados não hão de renunciar à guerra enquanto possuam armamentos para resolver diferenças internacionais, esta delegação estima que o meio eficaz para contribuir à

organização da paz e à instauração da segurança contra a guerra é a abolição geral, completa, imediata, de todas as forças armadas, partindo de um princípio de completa igualdade para todos e está convencida de que a idéia do desarmamento geral, completo, responde amplamente às aspirações sinceras das massas.”

Esta proposição foi rechaçada com um só voto favorável (da Turquia). Resulta num verdadeiro paradoxo o fato de que a Conferência de Desarmamento rechace uma proposição de desarmamento; mas não o é menos que, enquanto as nações nela representadas advogam pela paz, se esteja fazendo ou fomentando a guerra com outras nações mais fracas.

Considerando a duplicidade dessas instituições de nítida filiação capitalista, que só servem para desviar a opinião pública e enganar os povos com mentirosos propósitos pacificadores, é natural que estes, que são os que sofrem as conseqüências da guerra, busquem por si mesmos o meio de evitá-la, combatendo-as nas causas imediatas que as provocam, a fim de garantir definitivamente a paz do mundo sobre bases sólidas e estáveis.

A humanidade tem sofrido uma existência cruel e atormentada por viver em conflito e desperdiçando suas energias e seus recursos, destruindo-se por ambições estúpidas e criminosas. Toda sua história é a história das guerras e de seus conflitos políticos, umas vezes pelo domínio do mundo, das colônias ou mercados, outras pela conquista do poder, mas quase sempre com o fim desmedido de riquezas. Raças, nações, religiões ou classes privilegiadas não perseguiram outro objetivo com suas guerras agressivas e de predomínio senão escravizar os povos, mantê-los em abjeta servidão e enriquecer-se às expensas de seu trabalho e de seus recursos naturais; guerras do mais cru e vulgar materialismo, que culminam, nos fins bélicos do imperialismo capitalista, não obstante invocarem altos ideais, razões de direito e de justiça divinos ou humanos. Apenas as lutas defensivas, de resistência à agressão, à opressão e à servidão, de libertação política e econômica têm razão e progresso. Mas estas deixarão de existir quando não haja quem as provoque, por não ter interesse em guerrear.

A guerra é um fenômeno social, surge por e para alguma coisa e subsistirá no mundo, através de mudanças políticas, enquanto existam as causas que as geram. Descobrir essas causas e combatê-las é a maneira para que as guerras desapareçam.

Há quem sustente, contra uma suposta proposição socialista, que a guerra não é um fenômeno derivado do sistema capitalista, porquanto existia antes deste sistema. É certo. O capitalismo não inventou a guerra, nem o socialismo lhe atribuiu esse invento. Ocorre que, enquanto os escritores de mentalidade burguesa buscam as causas das guerras onde não estão ou se perdem em abstrações com o fim de elucidá-las, os socialistas buscam-nas em formas concretas dos sistemas de produção, a base da exploração humana, na desigualdade econômica e nas contradições a que este sistema dá lugar, sem negar as causas psicológicas e morais, religiosas e ideológicas, ainda que subordinando-as à primeira.

Outros escritores de mentalidade semelhante, a fim de salvar o atual sistema capitalista da pecha de ser o gerador das guerras, põem as suas causas fora do alcance da vontade humana, atribuindo-as a influências de origem cósmica, astral, com fins providenciais e de absoluta necessidade biológica: as guerras, dizem, são necessárias à evolução humana, sempre as houve e haverá. Que seria o mundo sem guerras, sem matanças humanas, sem massacres? Os homens se multiplicariam de tal modo que não haveria lugar na Terra para eles; logo, é necessário que se destruam mutuamente, à falta de flagelos e epidemias, para que a vida de uns subsista às expensas da morte de outros.

As teorias darwinianas da evolução sustentam o conceito bélico e conservador das velhas formas sociais: só têm direito a existir os mais aptos, que se cumpra a lei da seleção; no conceito burguês, os mais aptos são os proprietários, os privilegiados da fortuna, que se têm feito assim por herança ou por sua maior habilidade para viver à custa dos outros, por sua maior capacidade de espoliação, de exploração e de violência. A isto chamam “cientificamente” de seleção social.

Os representantes do moderno capitalismo, do imperialismo capitalista, não têm meias palavras e declaram francamente que o único meio de solucionar a crise atual é desencadear uma guerra mundial que elimine do cenário da vida terrestre as centenas de milhões de seres humanos (trabalhadores sem emprego e sem consumo) que o desenvolvimento e aperfeiçoamento do maquinário, da técnica e da indústria colocaram à margem da produção e do consumo, por desnecessários e prejudiciais à vida perdurável do regime de exploração capitalista. Tendo o capitalismo o maquinário e a quantidade suficiente de escravos que se engrenem a ela,

para que quer as centenas de milhões que sobram e põem em perigo sua existência? Ante o dilema de mantê-los ou matá-los, se inclina por este último, e a guerra é um meio eficaz, honroso e patriótico para eliminá-los cristãmente, de acordo com seu cristianismo.

Leopoldo Lugones dizia, há alguns anos, em seu elogioso discurso ao presidente do Peru, que há chegado a “hora da espada”, querendo dizer que só pela força armada se podem, hoje, resolver os assuntos sobre as nações. Lugones é um poeta cristão... Também o é Mussolini, que crê que as “guerras são o estímulo das energias dos povos”.

Grandmontagne, espírito muito cristão e, além disso, conservador, se pergunta:

“Serão as guerras irremediáveis como as epidemias? Obedecerão às leis fatais da natureza, como os terremotos, tempestades, ciclones, as enchentes fluviais e os ventos tempestuosos marítimos?”

Copioso derrame de palavras ocas, com as quais se pretende evitar a verdadeira causa das guerras e a responsabilidade de quem as provoca, para assegurar um lugar no banquete dos eleitos!

Houve um tempo em que se acreditou que a passagem de um cometa pela Terra era presságio seguro de guerras. Atualmente, há autores científicos que as relacionam com a maior ou menor dimensão das manchas solares; e não faltam sábios psiquiatras que as atribuam a um caso de loucura dos governantes, a uma enfermidade psicopatológica ou mania de guerrear.

Os católicos fazem-nas derivar da “ira de Deus”; são “um castigo do céu”, dizem, por falta, sem dúvida, de fé católica.

Isto de fazer derivar as guerras do céu, soa anacrônico e só se lhe pode desculpar à fantasia bíblica de Milton, que atribui a Lúcifer a imensa responsabilidade de uma guerra angelical e de haver transportado esse ofício de anjos à terra. A fantasia pagã de Homero é mais humana: coloca as causas da guerra aqui embaixo, e só por afinidade entre os heróis e os deuses, faz descer a estes e tomar parte na contenda. Sem dúvida, as causas reais da guerra entre Grécia e Tróia foram outras que o rapto de Helena por Paris; este não foi mais do que o lado romântico da epopéia de Homero ou, quando não, o pretexto da contenda: as verdadeiras causas há que buscá-las no desenvolvimento econômico e comercial de ambas as potências, no desejo de predomínio sobre as colônias do Mediterrâneo. O

rapto de mulheres, como *casus belli*,¹² remonta a épocas ou povos muito primitivos, sem estrutura econômica e sem estado.

¹² *Casus belli*, expressão latina que significa “caso de guerra”; ato que pode dar origem a um conflito entre dois povos, provocado, por exemplo, por um atentado a um embaixador. (N.T.)

O mesmo acontece com as guerras que se justificam pelo assassinato de determinadas pessoas: não correspondem à era capitalista. A morte do arquiduque Francisco Fernando, em Sarajevo, a raiz da conflagração européia, foi apenas um pretexto. As verdadeiras causas da guerra européia encontram-se no desenvolvimento industrial e na luta econômica das principais nações em conflito. Era preciso buscar mercados para colocar os produtos; necessitavam-se fontes de riqueza natural, empresas mais lucrativas, além dos limites nacionais, onde investir os capitais. A Áustria, impulsionada pelo capitalismo nacional, buscava uma saída para o mar livre através dos balcãs, aos quais devia invadir. A Alemanha buscava expansão territorial e domínio colonial, devido ao enorme desenvolvimento de sua indústria e sua condição de país imperialista. A França, país fiador, com seus grandes capitais improdutivos, ou investidos em empresas para opor-se à expansão do capitalismo alemão, com sua população impedida de progredir, buscava colocar seus capitais no estrangeiro, para o qual necessitava de colônias. A Inglaterra, em decadência industrial, com um maquinário deficiente, era desalojada comercialmente pela industrialização alemã e ianque que, com técnica mais moderna e perfeita e a preços mais reduzidos, com ela disputavam o predomínio do mercado mundial. A Sérvia, pressionada por medidas aduaneiras, impostas pela Áustria-Hungria à indústria suína, que era seu único mercado, aspirava a uma saída ao Mar Adriático e a liberar-se das tutelas dos financistas de Viena. Itália e Rússia projetavam uma linha Danúbio-Adriático. A Itália criaria uma grande fábrica nos balcãs, estes comprariam o excedente de seda, açúcar, aço e outros produtos italianos, e a Rússia poderia realizar seu comércio pelo Mediterrâneo.

Tais são as causas reais da conflagração européia, desencadeada pelo imperialismo capitalista dos países em litígio e que custou 915.000 milhões de francos-ouro e a vida de 10 milhões de soldados, 13 milhões de civis e mais 20 milhões de feridos, 5 milhões de viúvas e 9 milhões de órfãos.

Se os mesmos efeitos são produzidos pelas mesmas causas, não é ousadia afirmar que as guerras e demais conflitos políticos armados têm por causa

real e imediata a estrutura econômica da sociedade capitalista e que enquanto essa estrutura não mude, haverá guerras e conflitos sociais.

O “sentimento de dignidade nacional”, o “conceito de pátria”, a xenofobia ou “patriotismo” e outras causas incidentais como o “ultraje à bandeira”, ou “a ofensa à nação”, ou ao “pavilhão”, não são causas que determinem uma guerra. São palavras muito bonitas para ocultar os interesses capitalistas em jogo, para arrastar as massas à carnificina, torturá-las, aniquilá-las e degradá-las em uma luta impiedosa de irmãos contra irmãos, de homens que não têm motivo para odiar-se e assassinar-se e sim muitos motivos para amar-se e unir-se em patamares de um ideal mais humano, mais justo e elevado do que o perseguido pela guerra e os que a provocam.

A ação constante e decidida, organizada com todos os elementos pacifistas, é necessária para evitar uma nova hecatombe. Apenas acreditando que a guerra é má, não se realiza a paz no mundo. Há que combater as causas. A idéia da paz é boa, mas a ação constante contra as causas que geram a guerra é muito melhor.

É certo que as guerras resultam da imperfeição humana, de seu atraso moral, pois se os homens fossem mais perfeitos as guerras não existiriam, nem tampouco as causas econômicas que as geram. Mas não é menos certo que esta imperfeição ou atraso moral tem-se materializado na estrutura econômica da sociedade (e em sua superestrutura política e jurídica, à qual hão de se ajustar os homens) e enquanto existir essa estrutura, existirão as guerras e os conflitos sociais que têm nelas as causas imediatas.

O fato de que a maioria dos homens vá à guerra contra sua vontade e sua consciência demonstra até que ponto os sentimentos e as vontades estão pressionados pelos interesses materiais do capitalismo, que formam a base sobre o qual gira todo o sistema de produção atual.

Nós espíritas sustentamos que o fator econômico, ou seja, o modo de produção e distribuição da riqueza social é uma causa que, por si só, necessita ser explicada por causas morais e espirituais que escapam ao materialismo dialético. Mas reconhecemos que as causas imediatas das guerras, como a maior parte dos males sociais, derivam do atual sistema de produção e por isso aderimos ao movimento pacifista que as combate em suas causas imediatas, sem renunciar a seguir combatendo-as em suas causas morais, no espírito e na consciência dos homens, para que estes

sejam capazes de resistir às sugestões do capitalismo e do nacionalismo xenófobo e belicoso.

Se os homens de ideais sadios, os trabalhadores braçais e intelectuais, unidos em uma só frente, souberem resistir às instigações patrióticas e chauvinistas, conter a voracidade do imperialismo capitalista e apagar o incêndio da guerra mundial que arde já na Ásia e na América, terão demonstrado que o sentimento da paz é superior aos interesses da guerra e que os povos não são sempre rebanhos dóceis ao sacrifício do matadouro; terão evitado que milhões de homens, na flor da juventude e da vida, sejam arrancados de seu lugar para que se arrastem no lodo das trincheiras, cheios de imundícies e de piolhos, rotos e famintos, e caiam destroçados pelas granadas e metralhadoras ou sucumbam asfixiados ou envenenados nos campos de batalha, que a morte macabra se nutra neles, os atinja ainda com vida, nos fossos e precipícios, ou os deixe, como sombras, descarnados ou intumescidos, com a contorção de dor ou de loucura no rosto, estendidos sobre arames farpados, ou duros, apoiados nos muros das trincheiras, ou ainda que pereçam em conseqüência das feridas, revolvendo-se no lodo viscoso dos buracos, sem auxílio, piedade ou consolo; ou que o sofrimento ou o terror os enlouqueça ou idiotize. Teremos evitado a destruição de aldeias e cidades e a morte de milhões de anciãos, mulheres e crianças inocentes pelos gases, as bombas bacteriológicas e pela derrubada de edifícios sob a ação destruidora dos aviões e dos canhões de longo alcance. Teremos evitado, também, o saque e a violação de mulheres pela tropa ébria e moralmente degradada pelo ambiente imoral e corrompido do quartel e da vida militar.

Não voltaremos a ver o espetáculo angustiante e desolador dos campos ermos e improdutivos, semeados de ossadas humanas, queimados pela pólvora e pelo incêndio, afiançados pelo sangue de milhões de homens que, sendo despojos, desolação e morte, puderam ser ferramentas e braços, produção e vida. Não veremos tampouco milhares e milhares de crianças órfãs, famintas, doentes, andrajosas, vagando por cidades em meio do maior abandono, nem velhos desamparados, buscando pão e abrigo, esposas e mães angustiadas e desoladas vestindo o luto da guerra, noivas desconsoladas pela perda de seus queridos afetos, nem a imensa legião de mutilados, inválidos, loucos, semi-idiotas, vivendo da caridade pública, ostentando a herança maldita da “pátria” e da guerra. Teremos evitado,

enfim, muita dor, amargura, tristeza, vergonha, desolação e muito ódio, e posto a humanidade no caminho de uma vida mais feliz, mais justa e mais espiritual.

Causalidade e Finalidade

Os dois pontos filosóficos sobre os quais gira a moral dinâmica do Espiritismo são, sem dúvida, a causalidade e a finalidade, sem os quais toda conduta carece de fundamento verdadeiro. A causalidade responde ao porquê das ações; enquanto que a finalidade explica o para quê. Se falta um destes dois termos, não existem, não podem existir verdadeiras ações morais. No primeiro caso, porque sem antecedente causal, sem causa ou série de causas que influam nas determinações da vontade, de acordo com o processo moral de cada indivíduo, nenhuma ação se explica; em segundo, porque se a este antecedente causal e seus efeitos conseguintes falta um poder diretriz, seletivo e telético, uma direção, um fim moral perfectível para ajustar as ações concordes com princípios éticos inerentes à consciência de cada indivíduo, cair-se-ia no determinismo fatalista ou no fatalismo determinista, ou seja, no materialismo ou na teologia.

Porque – e convém deixar claro – o fatalismo teológico não exclui o determinismo, antes bem o supõe: pois, se as ações se realizam, em tal suposição, de acordo com a presença de um Deus que as previu e dispôs, desde toda a eternidade, necessitam para que assim resultem, do encadeamento das causas que hão de produzir, sem o qual não se realizariam. E se, pelo contrário, se realizam em virtude de um determinismo cego, sem sujeição a princípios morais inerentes ao espírito nem à direção finalista que este lhe traz, de acordo com uma finalidade de bem e de justiça perfectíveis, tal determinismo é fatalista, de um fatalismo mais funesto e desgraçado que o primeiro, porquanto este se cumpre de acordo com uma vontade, uma inteligência, um propósito, uma finalidade divina, ainda que, neste caso, o homem não seja mais do que um instrumento da Providência, que tem a pretensão de crer ser ele quem voluntariamente caminha, sendo Deus quem o arrasta a seu destino oculto, segundo um plano pré-estabelecido.

A filosofia espírita é determinista, mas não fatalista, seja no sentido teológico, ou no materialista. No primeiro, porque não admite que as ações humanas ou as causas que as produzem estejam fatalmente dispostas por Deus para a realização de cada fim individual, e porque este fim não é um limite no qual se feche a evolução do espírito, nem está fora do ser, nem é oposto à sua essência ou à sua vontade, mas é dinâmico, indefinido e livre na eleição dos meios e das ações que hão de se realizar. É o ser realizando-se a si mesmo no processo sem limites de sua evolução, superando-se nas noções e na prática do bem, da justiça e do amor, desenvolvendo os potenciais e faculdades de seu espírito, elevando-se à maior compreensão de sua personalidade e da natureza por meio da qual se desenvolveu.

O princípio inteligente ou causa primeira que rege o destino dos seres e das coisas e ao qual, por hábito de linguagem, chamamos Deus, não está fora do universo e da vida, nem, por conseqüência, fora do homem, que também é vida e inteligência e parte integrante do universo, senão que é o princípio mesmo da ação universal em todas as ordens da vida, a causa ativa, vivente, diversificada nos seres, alma dinâmica que tudo encerra em sua própria essência, que tudo determina e enlaça valendo-se, para isso, dos mesmos seres que cria, sem impedir as determinações de cada um. Além disso, não podem ser impedidas arbitrariamente, porque cada ser é um agente de seus próprios desígnios, uma lei que se cumpre dentro da complexidade das leis contraditórias que dão existência ao mundo e impulso à evolução.

Aja bem ou aja mal, tampouco o homem pode ir contra os desígnios de Deus, porque, sendo criação procedente desses desígnios, não pode fazer, nem sequer pensar nada arbitrário a isto. Assim, os atos do homem, como seus mesmos pensamentos, sejam bons ou maus, morais ou imorais, livres ou submissos, estão sempre dentro das leis naturais ou, se se preferir, divinas.

Se o homem fosse capaz de agir contra todas as leis da natureza, seria um ser sobrenatural, muito superior ao mitológico Lúcifer e entraria em conflito com o mesmo Deus, a quem superaria por ter descoberto leis e realizado atos que não seriam possíveis dentro da natureza.

O homem, dentro de sua inteligência relativa e de suas limitadas faculdades, não pode senão estar em harmonia (em harmonia dinâmica, entenda-se bem) com a causa criadora que rege os destinos dos seres, os

quais, quaisquer que sejam suas determinações morais, se inserem sempre na harmonia dinâmica do universo.

Isto faria supor a justificativa de situações ou acontecimentos que reputamos maus. Mas tenha-se em conta que estas situações e acontecimentos, em nosso conceito dínamo-genético da vida e da história, não são justificáveis nem fatais: são o resultado de um processo em que entram fatores conscientes e inconscientes, voluntários e involuntários. Resulta que, nos termos opostos da harmonia social, representam a parte negativa e que leva, na parte positiva, os elementos de sua própria destruição; têm a duração de um ciclo da evolução social, cuja decadência pode produzir-se, e se produz, em última instância, pela vontade e por forças morais postas a serviço do bem e de uma justiça maior.

O fato de que uma coisa exista, não significa que tenha fatalmente que existir, nem que seja justificável pelo mero fato de sua existência. Não há, pois, nada fatal na evolução moral, segundo a doutrina espírita, fundada no conhecimento do espírito humano: cada ser realiza seus próprios fins dentro das possibilidades de cada momento de sua existência, atuando na criação e modificação das condições favoráveis ao seu desenvolvimento e imprimindo a este, segundo o grau de aperfeiçoamento alcançado, a direção moral e social que convém a seus fins.

Tampouco é fatalista no sentido materialista: não se pode admitir, porque os fatos e as argumentações a ele se opõem, que as ações e acontecimentos estejam necessariamente determinados por uma causalidade fenomenal e cega e que a vontade e a consciência estejam subordinadas a esta causalidade.

O materialismo, e falo do materialismo dialético, que é determinista e, no sentido oposto, fatalista, coloca a causalidade atrás, e à frente o acaso. Nega finalidade à vida e, particularmente à vida individual. O indivíduo, como ser biológico, não é mais do que um mero acidente, uma forma passageira da matéria organizada; como ser psíquico, resultante do funcionamento cerebral e dos reflexos exteriores no cérebro; como ser moral e social, produto do meio e da sociedade; só lhe concede desejos e propósitos imediatos, cujos resultados anula no choque ou conflito dos opostos. O indivíduo por si mesmo não tem causalidade porque não tem preexistência, nem independência, nem espontaneidade, nem história própria. É uma engrenagem do mecanismo social. O processo da vida moral

individual está determinado pela maneira de ser da sociedade, por seu modo de produção e não pelas determinações próprias e espontâneas do espírito, de acordo com os princípios morais imanentes, desenvolvidos no curso de uma evolução pretérita e contínua.

Nesse determinismo fatalista a causalidade moral sequer tem valor como propulsora do processo social, para a transformação da sociedade, posto que está subordinada ao determinismo econômico que, no conceito do materialismo dialético, é decisivo.

Diz Engels:

“A abolição de classes como outro progresso social qualquer se torna praticável, não porque haja nas massas a simples convicção de que a existência dessas classes é contrária à igualdade, ou à justiça, ou à fraternidade: nem pelo simples desejo (sic) de destruí-las senão pelo advento de novas condições econômicas”.

Seria conveniente averiguar se o advento de novas formas econômicas se produz por si só, quer dizer, somente pelo encadeamento mecânico (ou se preferir, dinâmico) das formas de produção, sem intervenção nem direção por parte das idéias e a ânsia de igualdade, de justiça e de fraternidade, e em tal caso perguntar aos materialistas a razão lógica de por que o processo histórico, econômico e social vem galgando formas superiores: do estado de barbárie, ou regime de escravidão, deste ao feudalismo, do feudalismo ao regime capitalista e deste ao socialismo, em uma progressão ascendente, seguindo as aspirações humanas de maior igualdade, de maior justiça e de uma maior fraternidade e ajustando-se ao desejo dos homens que, no curso da história e dentro de seus relativos meios e conhecimentos e com relação ao grau de desenvolvimento moral e econômico de cada época, lutaram por esse ideal. Todavia, não é aqui o lugar nem o momento de entrar nestas indagações que, além do mais, não poderiam ser contestadas de um modo lógico e razoável sem considerar o ser humano como possuidor em si mesmo da força diretriz do desenvolvimento moral e material da história, ou, em sua imperfeição, considerar este como providencial, caindo no fatalismo teológico.

Enquanto o materialismo faz do fator econômico a causa determinante das ações do homem e põe na evolução a causalidade em segundo plano e o azar em primeiro, a teologia antecipa a causalidade aos fatos e privilegia em vez do azar, o destino: pois segundo se deduz de seus dogmas, Deus, em

sua presciência e onisciência absolutas, tem previsto e proporcionado as ações do homem de tal modo que este deve cumpri-las fatalmente e chegar também de um modo fatal a seu destino, eternamente feliz ou desgraçado, depois do término desta existência. De nada vale que os teólogos apelem ao livre-arbítrio como faculdade para determinar-se no sentido do bem ou no sentido do mal, para ganhar o Céu ou perder-se no Inferno ou que empreguem jogos de palavras como este:

“As coisas não acontecem porque Deus as prevê, senão que as prevê porque aconteceram.”

Pois todos os esforços da metafísica teológica resultam impotentes para conciliar dentro de suas doutrinas o livre-arbítrio com a presciência e onisciência de Deus.

Vejamos, por outro lado, que nem o materialismo nem a teologia concebem uma finalidade para a evolução, ou às ações morais do indivíduo. A segunda põe o destino onde o primeiro coloca o acaso e o destino, a rigor, não é finalidade no sentido teleológico¹² ou telético¹³ da evolução. O destino, teologicamente considerado, é um término, um ponto final do progresso, que termina em um lugar onde já nada há que fazer, no sentido do bem, nem do mal, nem do aperfeiçoamento ou do conhecimento; é a inatividade e, deste ponto de vista, é preferível o acaso que, ainda que seja um movimento cego, é movimento.

¹² *Teleológico* – *sf.* (*téleo + logo + ico*) – Relativo à filosofia das causas finais, da finalidade dos seres e do seu destino. Tem, na biologia, um sentido interpretativo acerca do conhecimento das estruturas dos seres, em termos de finalidade e utilidade. (*Michaelis.*)

¹³ *Telético* – *adj.* (*telete + ico*) *Antig. gr.* – Referente à telete (cerimônia de iniciação). Diz-se dos poetas que escreveram sobre a iniciação dos mistérios (*Michaelis.*)

O Espiritismo vem dar ao homem sua verdadeira finalidade, de acordo com um conceito científico mais elevado da evolução, e vem conciliar a liberdade com a causalidade e com os desígnios do princípio inteligente que rege as leis do universo. O problema de Deus e da liberdade, condicionada e relativa, encontra na filosofia espírita uma solução lógica, a única que se possa dar no estado atual do conhecimento humano.

A filosofia espírita, fundada em observações e experiências psicológicas e em uma lógica e uma dialética superiores, nos ensina que o espírito humano leva em si mesmo os princípios e a lei de sua evolução moral, identificados com sua essência e com a essência do Ser infinito; que, ainda que finito e relativo, é infinito em sua perfectibilidade, assim como Deus é

infinito em sua perfeição, e entre perfectibilidade e perfeição não pode haver contradição essencial, nem arbitrariedade, nem desarmonia.

O homem é relativamente livre dentro de sua finitude e da lei moral, que não é nem estranha nem oposta à sua essência nem à sua finalidade de aperfeiçoamento. Como temos dito anteriormente, é o mesmo espírito movendo-se, agindo e reagindo, consciente ou inconscientemente, em virtude de uma causalidade e de um fim, dentro de determinadas condições naturais e sociais e das leis e causas concorrentes que regem a evolução em geral.

Assim como as correntes do mar não impedem que os peixes se movam nele, com relativa liberdade material, embora seguindo – talvez sem o saber – o curso das águas, sujeitos às condições e influências do meio em que se desenvolvem, às quais respondem com seus meios de defesa e faculdades de natação e translação; do mesmo modo as correntes da vida natural e social não impedem ao espírito humano determinar-se no seio da natureza e da sociedade com relativa liberdade moral, respondendo, com suas faculdades superiores, às influências do meio em que atua e condicionando esse meio, natural e social, para a realização de seus fins, sem contrariar, por isto, as leis da natureza e da sociedade. E não me refiro somente aos termos positivos, como também aos negativos que complementam as leis. Pois, não há que esquecer que no conceito dialético do Espiritismo, toda lei natural, humana ou divina supõe dois fins: um positivo e outro negativo, dentro dos quais se desenvolve a relativa liberdade do homem.

As causas fenomênicas, as influências e os fatores de toda ordem que atuam em nós, sobre nós e embora aparentemente contra nossos propósitos mais nobres, são a condição necessária – mas de efeitos contingentes – do desenvolvimento de nossa personalidade psíquica e moral; não são elas que determinam, que traçam uma direção ao processo de nossa vida: elas são unicamente a matéria, o elemento indispensável de nossas determinações; podemos considerá-las, em resumo, e em um limite também restrito, como causas motrizes da evolução, mas não são elas que traçam a direção do processo evolutivo, individual ou social.

A verdadeira causalidade substancial e diretriz radica no homem, em seu espírito, com ela responde às causas fenomênicas e lhes imprime a direção que convém a seus fins, ou melhor, se orienta por meio delas, porque as

causas fenomênicas são passageiras, enquanto que o espírito preexiste e subsiste a elas.

Na ordem moral, como na física, não há efeito sem causa e os fatos ou fenômenos se encadeiam em um como em outro, em uma causalidade ou série de causas ou efeitos, de ações e conseqüências que determinam um processo cíclico, que se encadeia a outros e assim sucessivamente; mas na ordem moral a causa essencial e determinante é o espírito e não a causalidade fenomênica que, no processo da evolução está subordinada àquele; enquanto que na ordem física a causalidade é puramente fenomênica, os fenômenos se produzem fatalmente em virtude de seus antecedentes causais (quando não estão sujeitos à vontade de um ser inteligente) sem que preexista nem subsista a eles uma causa essencial e diretriz.

Tampouco há causa sem efeito, tanto na ordem moral, como na física; mas na primeira, ao contrário dos fenômenos físicos, a causa produz um ser consciente, inteligente e volitivo que pode exteriorizá-la em ato ou não, e os efeitos estão sujeitos a contingências: uma mesma causa pode ter diferentes conseqüências, porque as determinações dependem da vontade de um ser ativo característico e não do antecedente causal, que só tem razão suficiente para provocar um efeito, mas a qualidade do efeito, o caráter da resolução, a direção da conduta e a conseqüência moral não dependem dele. Não obstante, o efeito se produz e a conseqüência subsiste, mas não é unilateral como sucede com os efeitos físicos que, segundo o princípio das leis (que não deve confundir-se com o princípio de causalidade) exige que as mesmas causas produzam sempre os mesmos efeitos.

Na ordem moral, as mesmas causas podem produzir efeitos distintos. Por isso, sendo a lei de causalidade bilateral, portanto, não fatalista, deixa ao espírito relativa liberdade para tomar decisões e dirigir sua conduta.

Como diz o ilustre Flammarion,

“O fatalismo é a doutrina dos sonolentos; os fatalistas esperam os acontecimentos (ou se deixam arrastar por eles), ou supõem que vão se produzir, apesar de tudo, acima de tudo. Pelo contrário, nós trabalhamos e cooperamos na marcha dos acontecimentos. Longe de ser passivos, somos ativos, construímos nós mesmos o edifício do porvir. O determinismo não

deve confundir-se com o fatalismo. Este representa a inércia; o primeiro representa a ação.”

Mas entendamos que o determinismo espiritualista, no conceito espírita da palavra, não deve confundir-se com o determinismo materialista nem com o determinismo teológico que subordina a vontade a fatos cegos e predestinados e coloca, respectivamente, o acaso e o destino, onde o Espiritismo, como compensação a esforços, põe a finalidade, que é aperfeiçoamento indefinido, atividade consciente e voluntária, dirigida para um maior progresso moral e espiritual, maior justiça, bem individual e social e para maior compreensão de nossa personalidade, da natureza e do Ser infinito que rege suas leis.

A partir de um ponto de vista mais transcendental e tendo em conta que a evolução espiritual do ser humano não está limitada entre o nascimento e a morte, a lei de causalidade moral, também chamada de causas e efeitos, ou simplesmente carma, estende-se ao processo do espírito, abarcando suas existências anteriores ou encarnações sucessivas, mas esta causalidade levada a tempos e formas pretéritas sempre está determinada pelo espírito em sua evolução do inconsciente ao consciente, ou melhor, de uma inconsciência relativa a uma maior consciência, já que uma inconsciência absoluta em um ser biopsíquico é inconcebível.

O encadeamento dos fatos e conseqüências, nas sucessivas personalidades que dão forma biológica à nossa individualidade psíquica, ao nosso eu permanente e indestrutível, determina, por ação e direção do espírito, o progresso moral e espiritual que soma cada uma de nossas existências. O que somos hoje, em atividade, é a conseqüência do que fomos ontem, e o que seremos amanhã depende do que sejamos hoje. Digo do que sejamos e não do que somos, porque em nosso conceito dialético da evolução, nada está em repouso, tudo chega a ser, como dizia Heráclito,¹⁴ comparando a vida com a corrente de um rio.

¹⁴ Heráclito de Éfeso (544-480 a.C.), filósofo grego do período pré-socrático, considerado o pai da dialética, é autor, entre outros aforismos do “Tudo flui, nada persiste, nem permanece o mesmo”. (N.T.)

A evolução é um constante devir, um movimento contínuo em que o espírito, ser ativo por sua essência, muda constantemente em suas formas, idéias, hábitos, costumes e qualidades adquiridas e se renova e se aperfeiçoa sem cessar: a personalidade humana é, como disse Oliver Lodge,

uma obra indeterminada e interminável; é diremos, uma fâsca acesa que deixa atrás de si a influência de seu passado, mas que intensifica em sua trajetória a lei que ilumina seu porvir; não se detém em nenhum instante de sua vida. O mesmo sonho é um estado ativo da alma e a morte não é inércia, nem cessação das faculdades psíquicas, nem repouso ou descanso. É passagem de uma forma de vida a outra, de uma a outra forma de atividade, de um plano a outro de existência. Neste movimento perene da evolução sem limites, o espírito age e reage, responde com sua atividade a fatores externos e seleciona as causas e os motivos que atuam sobre sua vontade, cedendo em muitos casos aos impulsos do mal e opondo-se, em outros, a estes impulsos e às influências do meio. Nesta luta incessante através de experiências infinitas, avança no caminho do progresso, adquirindo maior compreensão, maior consciência, maior inteligência e força de vontade, ampliando os horizontes de seus conhecimentos, desenvolvendo seus potenciais psíquicos e morais, dominando, cada vez mais, sua causalidade, subordinando-a a seus mais elevados propósitos, imprimindo-lhe a direção finalista à medida que a finalidade ulterior, que abarca os fins imediatos, se faz mais acessível à sua inteligência e se identifica com o Ser infinito, fonte de toda bondade, de toda justiça, de todo amor e de toda perfeição. Daí que toda a série de causas passadas que atuam sobre a vida de um ser são determinadas pelo próprio ser na medida de seus conhecimentos, esforços e do desenvolvimento de suas faculdades e sentimentos.

Se somos os que determinamos nossas ações e nossa evolução e levamos em nosso espírito o poder diretriz de orientá-las para uma finalidade, seja social ou espiritual, deduz-se, então, que os problemas individuais e sociais que se relacionam com a causalidade moral dependem de nós, da atividade, do esforço e da inteligência que empreguemos para resolvê-los. As situações econômicas e sociais, como as classes a que estas pertencem, são condicionadas a determinada forma da sociedade, mas de nenhum modo necessárias para a evolução do espírito e a estabilidade social. Assim, não têm razão para perpetuar-se. Desde logo, a lei de causalidade não vem a ser uma lei que impõe condições fatais de privilégio e de miséria aos homens. A sociedade dividida em classes só representa um estado inferior e passageiro da evolução moral e social. Estamos, assim, em uma compreensão superior da doutrina espírita. Isto nos permite abordar um

novo aspecto crítico do tema que vimos tratando e demonstrar que o Espiritismo, filosoficamente considerado, não é uma doutrina que possa servir de fundamento à exploração e à imoralidade do regime imperante.

Os que sustentam, fundando-se na lei de causalidade, que cada um ocupa na sociedade o lugar que lhe corresponde, ou são pobres de inteligência que não penetraram até o fundo moral de nossa doutrina, ou fazem desta um sincretismo, mesclando os piores elementos das religiões positivas e conservadoras ou, o que é pior, vêm nela, de acordo com seu critério, o meio de justificar e ao mesmo tempo assegurar os privilégios que, ao amparo da injustiça e da imoralidade estabelecidas, se têm criado na sociedade. No lugar da excelsa moral do Espiritismo, defendem seus próprios interesses e dão aos potentados da terra uma arma filosófica formidável para que se defendam dos deserdados.

Não foi esta a atitude espírita, valente e generosa de Kardec, quando, ao final de sua vida, com a experiência e a maturidade de sua reflexão, escreveu em *Obras Póstumas* aquelas páginas proféticas admiráveis que todos conhecemos, na qual fundamenta a moral social sobre os princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade e afirma o advento de uma sociedade sem privilégios e sem classes. São páginas que deveriam ser lembradas aos profanos como a alguns adeptos que, dando-se o título de kardecistas, as esquecem com freqüência.

Valer-se da lei de causalidade para justificar (pretendendo explicar) as desigualdades econômicas e sociais, é contrair uma grave responsabilidade ante a história do Espiritismo, que terá de desmentir amanhã com fatos o que hoje desmentimos com argumentações; é tergiversar seus ensinamentos por não os ter compreendido ou querer ajustá-los aos convencionalismos da sociedade; é fazer do Espiritismo a doutrina mais contrária ao progresso e ao direito de emancipação dos povos trabalhadores que sofrem as conseqüências de um regime injusto e tirânico; é, enfim, fazer um mal ao rico e ao pobre, pretendendo conciliá-los, mantendo-se em pé as causas de seu ódio e de seu conflito; aos pobres, porque, com este critério, se lhes dá o direito para que, nesta ou em outras existências, se convertam em exploradores e em tiranos dos que hoje os oprimem. Aos ricos e poderosos, porque terão que sofrer as conseqüências da exploração e da tirania.

Por outra parte, os que assim pensam não são sempre conseqüentes com sua doutrina, porque se um homem ocupa o lugar que lhe corresponde, vivendo na opressão e na miséria, a caridade que eles aconselham é oposta à realização deste carma, que há de ser de humilhação e de fome até que cumpra sua missão, como costuma-se dizer, e o melhor e mais espírita, neste caso, seria deixá-lo sob o jugo e a miséria, e mais lógico ainda fazê-lo sofrer mais humilhação e mais fome, aumentando sua dor e sua miséria para que termine sua missão mais cedo e venha logo à vida a fazer sofrer suas vítimas, prolongando assim a cadeia de sofrimentos, de ódios e vinganças.

As situações econômicas e sociais não estão determinadas necessariamente por antecedentes morais, nem correspondem ao grau de moralidade ou de imoralidade de cada um, nem se pode considerá-las como sanções naturais correspondentes a tais ou quais merecimentos. A riqueza, como a pobreza, têm origens e causas diversas; são mutáveis e estão sujeitas a diferentes influências. As situações mais vantajosas na economia, na política, etc., costumam desmoronar da noite para o dia, assim como costumam enriquecer e exaltar muitos homens de origem humilde. A riqueza material é, em muitos casos, o resultado de circunstâncias fortuitas e, na maioria, o resultado da espoliação, da exploração humana, da prepotência, do roubo, do crime, da pilhagem, em suma, da imoralidade legal ou ilegal. Os homens que se enriquecem com seus próprios esforços e sem prejudicar a ninguém, são raros; e a pobreza costuma ser, em alguns casos, o resultado da negligência, da incapacidade ou da demasiada moralidade e honradez e, em geral, da forma iníqua na qual se organiza a sociedade.

Temos, pois, que as situações econômicas e sociais não estão predeterminadas fatalmente nem necessariamente por situações análogas anteriores; que são mutáveis e se devem a fatores de diferente índole, alheios, em muitos casos, à conduta do homem, mas que podem e devem sujeitar-se necessariamente à sua vontade e a uma finalidade social superior; que ninguém ocupa necessariamente o lugar que lhe corresponde na sociedade, senão o que soube ou pôde conquistá-lo na luta impiedosa e cruel dos interesses materiais e sociais. O processo individual do homem está encadeado ao determinismo histórico, cuja engrenagem econômica, política, etc., sujeita a causalidade ou carma de cada espírito a condições e

circunstâncias alheias à sua vontade e lhe dá orientações que dependem, até certo ponto, destas condições e circunstâncias ou de vontades distintas ou contrárias à sua. Cada ser traz à vida a sua causalidade, seu processo de vidas passadas, mas a história e o processo econômico e social têm também sua causalidade, seu determinismo, independente de cada indivíduo em particular. Os indivíduos vêm, atuam e se vão, deixando, é certo, sua influência na sociedade e levando a influência que recebem. Os homens mudam, se aperfeiçoam, pouco ou muito, mas desaparecem, e a estrutura econômica e social, com sua superestrutura política e jurídica, permanece durante várias gerações, seguindo seu próprio determinismo até chegar ao término de seu ciclo e dar início a outro. Os seres que vêm têm que se acomodar à estrutura e à superestrutura da sociedade, sujeitos às suas condições materiais, adaptando-se à moral convencional e submetendo-se às suas leis injustas ou reagindo contra elas com vistas a um regime melhor, mais justo e mais humano. Para isto, o homem que chegou a compreender a lei de sua evolução moral, no conceito espírita da vida, não deve ter em conta seu passado, que desconhece, nem justificar por este – que é meramente conjectural – seu presente, senão esforçar-se para que o presente, que é um constante devir, se ajuste o mais possível ao maior bem-estar individual e social, de acordo com os elevados princípios de sua filosofia, e não acomodar-se à situação econômica, ao privilégio de classe, que não pode existir nem sustentar-se senão em cima da fome, da miséria e da opressão dos demais, o que é contrário aos postulados morais do Espiritismo.

Só os valores morais e espirituais têm sua causalidade essencial no espírito; só eles têm uma existência imperecível e progressiva e elevam o ser que os cultiva à sua verdadeira finalidade: têm também sua própria sanção, sem que seja necessário recorrer a formas materiais desiguais de convivência, a privilégios e explorações abomináveis.

Estas, enquanto existam, só podem ser consideradas como formas inferiores e passageiras da evolução, cujo desaparecimento depende de nossas vontades combinadas, de nossos esforços solidários, ou seja, dos homens moralmente superiores que, unidos à causa justa dos que sofrem, trabalhem pelo seu pronto desaparecimento.

Socialismo Espiritualista

I

Agregar ao socialismo um qualificativo qualquer, que o limite em sua ação dinâmica e progressiva, é desfigurar o significado de tão grande ideologia, posto que o socialismo significa, em seu mais amplo sentido, um sistema econômico e social aberto a todas as iniciativas, a todos os esforços combinados, a todos os adiantamentos e descobrimentos da ciência. É um sistema que, por seus princípios de liberdade, de relativa igualdade e de solidariedade humana, há de unir todos os homens pelos mesmos direitos e deveres, sem distinção de idéias religiosas nem de concepções científicas ou filosóficas.

O socialismo assim compreendido – como em realidade deve ser, embora todos os sectarismos – significa um sistema de produção e distribuição da riqueza em comum, vale dizer, um regime social em que todos trabalhem na medida de suas forças e de suas aptidões e desfrutem por igual da riqueza social, segundo suas necessidades, materiais ou espirituais.

Considerado o socialismo deste ponto de vista, não cabem nele divergências fundamentais, não obstante existirem em seu seio diversos setores ideológicos, cujos pontos de vista diferem somente no referente à tática revolucionária, ao modo e tempo de realizar seus ideais.

As divergências de fundo existem quando se encaram os princípios filosóficos e científicos que servem de base ao socialismo; quando se considera o universo, a vida e o homem com um critério materialista e unilateral, quando se dá preponderância a fatores de ordem material sobre os espirituais. Então surgem naturalmente as divergências, porque de um socialismo amplo, aberto a todas as concepções do espírito, a todas as investigações e descobrimentos da ciência, se faz um socialismo dogmático, fechado a tudo o que se acomoda aos dogmas estabelecidos.

A concepção espiritualista do socialismo não é dogmática nem unilateral, quando se interpreta este com um critério espírita, isento de todo dogmatismo religioso. O espiritualista, assim considerado, não só crê na possibilidade de uma sociedade fundada na igualdade de direitos econômicos e sociais, como também na necessidade histórica desta sociedade que, por lei da mesma evolução, está chamada a suplantar o regime capitalista. Mas esta necessidade histórica não se cria à mercê da preponderância dos fatores materiais; não é a matéria que determina e rege o espírito, como não é a economia que cria e determina a psicologia e os princípios morais. A sociedade é um dinamismo psicológico, antes que um mecanismo econômico. Há, sem dúvida, no processo histórico da humanidade, forças concorrentes de diferente natureza, ações e reações entre as forças materiais e espirituais, mas, em última instância, são as forças espirituais a consciência, a inteligência e a vontade, que determinam e dirigem o processo da história para formas econômicas e sociais mais perfeitas e em maior concordância com as necessidades do espírito.

Para o socialista materialista, qualquer que seja sua filiação ideológica, o espírito não é mais do que um acidente da matéria, um produto orgânico sem realidade substancial, sem preexistência nem subsistência, ao qual nem sequer se lhe reconhece unidade psicológica, pois, em tal conceito, nada mais é do que uma simples coordenação de estados de consciência. Considerado o homem assim, não se pode tê-lo como causa espiritual diretriz no desenvolvimento da sociedade e daí que se o subordine às forças materiais e que, moralmente, se lhe considere como produto do meio social e da moral estabelecida.

O espiritista tem razões fundamentalíssimas, de caráter científico e filosófico, para não admitir semelhantes teorias como base do socialismo, do socialismo amplo, não-sectário nem dogmático e, sobretudo, divorciado da ciência moderna, que tem demonstrado à evidência que no universo nada se rege pelo acaso e apenas pela simples virtude da causalidade fenomênica, senão que a vida universal, em todas as suas manifestações, está regida por forças espirituais, psicodinâmicas, diretrizes e teleológicas, ou seja, que tendem a um fim determinado, em virtude de seu poder endógeno e dos demais fatores exógenos concomitantes, que contribuem para seu desenvolvimento. Em toda manifestação biológica, tanto individual quanto social, há um dinamismo psíquico, uma potência

espiritual, finalista, que condiciona a vida – ainda que tomando como base as condições existentes – a um fim, a um propósito determinado.

Na sociedade humana, este poder diretriz, ao mesmo tempo teleológico e telético, não está no “conjunto harmônico” da sociedade que, por suas próprias contradições, é incapaz de traçar uma finalidade de conjunto; são os indivíduos mais evoluídos, os mais capacitados, moral e intelectualmente, os que melhor conhecem a psicologia social e a engrenagem econômica da sociedade, os que dirigem o movimento de avanço para um fim mais elevado; são as tendências individuais revolucionárias que se apartam das tendências gerais conservadoras. Esta é a lei de toda evolução, biológica e social.

Deste ponto de vista, podemos dar por bem empregado o qualificativo de espiritualista aplicado ao socialismo, que significa um maior alcance ideológico, melhor compreensão da personalidade humana, de sua dignidade, de seus deveres e direitos, com relação à sua finalidade social e espiritual.

Ao encararmos o socialismo na nova corrente do espiritualismo científico, não queremos tampouco limitar seu significado nem seus anseios de justiça; não queremos, muito menos, fechá-lo em um novo dogmatismo ou criar uma nova seita, mas ampliar seu significado e dar-lhe um conceito mais adequado à verdade científica com respeito à personalidade humana, à justiça e à finalidade social, que não consiste apenas em proporcionar gozos efêmeros para a vida presente, como também, aos seres humanos, o meio de superar-se moral e espiritualmente, não tomando a vida presente como um fim em si mesmo, mas como um meio de alcançar um fim superior. A existência humana é uma luta incessante, um eterno brigar por uma finalidade individual ou social, que terá um fim, com o desaparecimento do indivíduo ou da sociedade. E é um absurdo e uma louca utopia pretender que o homem “chegará a dominar as forças da natureza”, quando, no final de contas, ele não é, no conceito social materialista, mais do que um acidente da matéria organizada ao acaso e que desaparecerá do planeta, ou com o planeta que habita, sem deixar rastros de sua existência. Este pensamento nada tem de otimista nem de alentador para a luta por um ideal, se bem que, por corresponder à verdade, haveria que aceitá-lo com todas as suas conseqüências fatais. Mas

a verdade é bem outra e fala muito em favor (com a eloquência dos fatos) do conceito espiritualista.

Os espíritas, ao lutar pelo advento do socialismo, não crêem que este seja uma forma estática de sociedade, mas seu conceito dialético, que não é o de Hegel nem o de Marx, senão o que abarca o espírito e a matéria, o mundo objetivo e o subjetivo, ou espiritual. Mas, em vez de subordinar este àquele, prova, com fatos evidentes, que o mundo da matéria está subordinado ao mundo do espírito e que a sociedade está longe de ser “arrastada fatalmente” pelos fatos econômicos (Lafargue),¹⁵ são os fatos econômicos que estão submetidos em última instância à ação mais ou menos consciente e voluntária do espírito, que é, em última análise, quem cria a economia e a condiciona a uma finalidade progressiva e sempre em relação às novas necessidades materiais e espirituais que se criam em seu desenvolvimento e em seu grau máximo de compreensão.

¹⁵ Porteiro se refere à obra *O Direito ao Ócio*, de Paul Lafargue, socialista francês e genro do pensador alemão Karl Marx. (N.T.)

II

Os fundamentos científicos e filosóficos do Espiritismo dão não apenas base moral ao socialismo, explicando o processo da história por fatores espirituais e materiais, mas trabalhando estes sob a ação mais ou menos consciente e voluntária do espírito, além de que predispõem o homem a dar continuidade, com maior fé e otimismo, e este processo em determinada direção telética, indefinida, que concorda com o grau de progresso moral dos indivíduos e também com o desenvolvimento da economia social.

Muitas são, sem dúvida, as objeções que se fazem aos espíritas sobre uma suposta atitude conformista e falta de ânimo para a luta pelo advento do socialismo e até para a possível realização deste que, como é sabido, tende à igualdade econômica e social ou, melhor dizendo, à abolição de todos os privilégios econômicos e sociais. A mais fundamentada destas objeções – se se tivesse que ter em conta o critério simplista e unilateral com que muitos adeptos interpretam a doutrina da reencarnação – seria a que se refere à lei de causalidade espírita ou moral, ou seja, às conseqüências morais e

sociais que derivam de existências anteriores, de situações vantajosas, preexistentes, que determinam a condição econômica e social de cada indivíduo. Daí que, segundo esta interpretação, pseudo-espírita, a sociedade não pode estar constituída de outro modo como está, porque é a consequência necessária das diversas causalidades individuais, o resultado do que todos e cada um em particular têm conquistado em seus respectivos karmas e que, em virtude das desigualdades que constituem o presente, dão forma à sociedade do futuro, indefinidamente, as consequências que hão de engendrar as mesmas ou análogas desigualdades. Em tal conceito, a Terra é um mundo de expiação e, portanto, nela não há lugar para o socialismo: a igualdade econômica e social é uma bela utopia, uma aspiração muito formosa, mas irrealizável. Nesse Espiritismo desvirtuado, inutilizado para toda palingenesia social, só há lugar para a caridade da esmola e se o analisarmos acuradamente com a força da lógica, nem esta tem razão de existir, pois, travar com a caridade o efeito moral que inexoravelmente deve cumprir-se, é adiar a expiação, entorpecer o progresso moral do espírito.

Os que defendem esse critério, provavelmente, consultam melhor seus interesses do que a filosofia e a moral espíritas. E não é estranho que as pessoas menos versadas na doutrina, fazendo eco desta interpretação simplista, atribuam ao Espiritismo conceitos reacionários e contrários, portanto, à sua ideologia social, que é por si revolucionária e essencialmente socialista.

Para destruir esse falso conceito e deixar livre o espírito do leitor à concepção socialista do Espiritismo, exporemos as razões pertinentes, destinadas a responder à objeção dos leigos e à simplicidade dos adeptos.

Nós espíritas admitimos que o mal, o erro, a injustiça, o vício, etc., formam parte da condição material e moral de nossa existência social, como termos negativos da evolução, mas lhes opomos o bem, a verdade, a justiça e a virtude como termos positivos, ambos indispensáveis para o progresso e aperfeiçoamento do espírito, sem os quais não é concebível qualquer existência social. Mas o conjunto de todos esses males como de seus termos positivos contrários, que constitui a trama moral de nossa sociedade, não é mais do que a condição de nosso progresso, o meio necessário onde devemos atuar (e não nos adaptarmos), para nele

temperar nosso espírito; é a resistência natural, na qual devemos exercitar nossa atividade anímica e nossa vontade.

O fato de não pôr resistência ao mal, às injustiças e crimes sociais (supondo que estes resultem benéficos) implica egoísmo e cálculo utilitário da lei de causa e efeito dos que se submetem passivamente a eles. Pois, se todo esse conjunto de males eleva espiritualmente ao que o suporta, prejudica, por sua vez, aos que os causam, que terão mais tarde que pagar suas conseqüências. Neste caso, a submissão e a humilhação são duplamente condenáveis, porque fazem, no presente, desgraçadas as vítimas e, no futuro, os carrascos. Com esta moral falsamente espírita se tende a fomentar duas classes de egoísmos e ambições criminais, quando o lógico e concordante com nossa doutrina é ensinar e fomentar o contrário. Pois se devemos nos submeter às imposições do mal, para elevarmo-nos mais tarde às custas dos sofrimentos futuros que causamos com a submissão a nossos semelhantes, mais nobre, meritório e glorioso seria que nos elevássemos sem que ninguém tivesse que sofrer no futuro por culpa de nossa humilhação, de nossa indiferença, falta de valor e de integridade moral, para repudiar o mal e ensinar e defender o bem.

A lei de causalidade espírita não é, pois, unilateral: é lei de compensação e equivalência moral, que repara sem castigar, sem submeter o ser, necessariamente, ao mesmo mal que causou, às mesmas condições de vida que impôs, que sanciona no tempo e no espaço, sem sujeição a fatalismo qualquer, a nenhuma norma mosaica. Nela não há causa sem efeito, ação sem conseqüência, mas as conseqüências têm diversas possibilidades de reparação e até o sofrimento moral do carrasco pode ser a completa satisfação da vítima, sem que a reparação se exteriorize em atos de ordem material.

As almas que sofrem intensamente, sem motivo aparentemente justificado, talvez não sofram em vão. Os enfermos ou aleijados, dementes ou idiotas, bem poderia até ser que sofram a herança psicológica e moral de seus abusos anteriores. O ser que no instante da morte dirige uma vista à sua consciência e, no arrependimento por uma vida dedicada ao mal, implora perdão para suas faltas, pode ficar redimido nas consciências de suas vítimas sem outra sanção que ajustar sua conduta a melhores procedimentos, em existências sucessivas.

Pode-se dar à sociedade, em determinada existência, tanto o bem como o mal que se lhe causou em outra, e não há porque subordinar-se a suas leis tirânicas nem considerar suas injustiças, seus crimes e imoralidades como conseqüências justas e inevitáveis de existências anteriores; e este bem não implica necessariamente a existência de uma sociedade constituída em classes econômicas e socialmente antagônicas, já que as desigualdades naturais dos homens, de força, de saúde, inteligência, consciência, sentimentos, atitudes, talento, etc., oferecem amplo campo ao espírito para desenvolver uma existência dedicada ao bem e à purificação de todas as suas degradações, injustiças e imoralidades passadas. Os ricos não devem temer que os pobres se acabem para poder fazer o bem. Não há melhor bem do que viver dos recursos do trabalho próprio e dar à sociedade o fruto de nossos esforços.

Absurdo e triste seria pensar que um déspota qualquer que tenha explorado milhões de proletários e reduzido estes e seus filhos a uma existência de miséria, fome, dor e desespero, tivesse que passar pelo mesmo mal que causou, tantas vezes quantas vítimas fez. Não lhe bastaria uma eternidade de existências para saldar o mal feito em uma só; e o mesmo absurdo seria pensar que um proletário, com uma consciência e mentalidade socialista, tivesse que voltar logo à terra e cobrar, com a exploração, com a fome, a miséria e a dor a dívida de seus atuais exploradores.

Esta interpretação capciosa ou simplista, falsa e anti-social, é contrária à filosofia e moral espíritas. A reencarnação é lei de evolução ascendente e sua lei de causalidade é lei de compensação, das conseqüências morais e não das desigualdades econômicas e sociais: pode cumprir-se com estas (e sem dúvida se cumpre) no período de atraso da humanidade, mas pode cumprir-se sem elas, em virtude da solidariedade, da fraternidade e da igualdade que postula o Espiritismo.

Creemos ter respondido amplamente à única objeção fundamentada que se faz à concepção socialista do Espiritismo, que, como temos visto, alicerça-se em uma falsa interpretação da doutrina espírita.

O Espiritismo, que é, sem dúvida, o centro sobre o qual gravitam todas as forças do espiritualismo científico contemporâneo, longe de colocar entraves doutrinários à consciência dos homens para a conquista do socialismo, é a ideologia científica, filosófica e moral que mais sólidas bases

lhe oferece, porque sem fundamento moral e espiritual não há verdadeiro socialismo; pois socialismo não é materialismo, já que tem suas raízes no homem (em seu espírito), e fora do homem; não é a soma das coisas e das atividades materiais, não é sequer a riqueza econômica, que constitui a base materialista da vida social, tampouco é a concepção materialista filosófica ou histórica, porque esta pode existir, sem ser socialista e ainda sendo contrária ao socialismo; é distribuição eqüitativa da riqueza social com base em uma moral e uma consciência superiores que não se radica nos fatores materiais; é a organização racional do trabalho em vista de um proveito social, a ordenação harmônica das forças produtoras, a comunidade de esforços e aspirações de conformidade com as necessidades e com as aptidões e capacidades individuais. E organização, ordem e harmonia sociais, equidade, justiça e razão, não são coisas inerentes aos fatores de ordem material, nem à riqueza econômica, senão próprios do espírito que anima o corpo, que destrói e constrói a estrutura econômica de acordo com um fim, organiza, ordena, distribui eqüitativamente e, em virtude de sua atividade, de suas faculdades, aptidões e aspirações, sobre a base econômica da sociedade decadente – que ele mesmo construiu sobre outra base econômica inferior – resolve suas próprias contradições e edifica o socialismo, que é sua obra, obra grandiosa, dinâmica, de economia social, de justiça, de moralidade e de espiritualidade, sempre em vias de maior perfeição.

Eis como o Espiritismo, com seu conceito genético e unitário da vida humana no suceder dos séculos, concebe a ação do espírito sobre o processo da história.

Falso Conceito de Espiritismo

Chamo falso conceito de Espiritismo a errônea interpretação ou compreensão equivocada que muitas pessoas têm de sua filosofia no que se refere o seu aspecto moral e sociológico. E é sobre este ponto que desejo fazer refletir as pessoas estudiosas que, animadas de um nobre propósito de redenção humana, desejam que nossa ideologia abra caminho através de tantas misérias e preconceitos morais e seja apreciada em seu verdadeiro valor filosófico, incitando que a reta interpretação de sua doutrina moral e sociológica tenha para a humanidade e para seus ideais superiores mais importância do que a compreensão científica de seus fenômenos que, por ser de mais difícil alcance, só é acessível e de maior interesse a um número – por desgraça bastante reduzido – de estudiosos.

Muitas pessoas, ainda que conhecendo relativamente o Espiritismo e apesar, em alguns casos, de sua erudição, dão-lhe um significado moral e sociológico completamente falso e que se choca com o verdadeiro conceito filosófico que emana de seus feitos e de seus postulados e com as aspirações ideológicas para elevar o nível moral e social dos indivíduos e dos povos, impulsionando-os para uma era de paz, amor e justiça.

Logicamente, mais do que qualquer outra tendência ideológica, cabe ao Espiritismo – dado seu conhecimento científico e espiritual do homem – trabalhar pelo advento de uma sociedade melhor, desvencilhando os homens de suas paixões baixas, de seus preconceitos e interesses mesquinhos, por serem estes os que dão origem ao mais nocivo dos materialismos e servirem de apoio a um sem-número de iniquidades, de crimes e de vícios que geram e se desenvolvem no seio da sociedade, mas que são suscetíveis de desaparecer, ou pelo menos diminuir, instruindo racionalmente, sem sofismas nem acomodações, nossa moral e a sociologia que dela emana.

Infelizmente, os detratores de nossa filosofia e os simplistas, sem lógica nem discernimento, que vegetam à sua sombra, crêem, ou se empenham

em fazer crer, que o Espiritismo é uma doutrina de conveniência, de acomodação ao meio social e econômico, de conformismo com todas as indecisões e circunstâncias da vida, de sujeição aos convencionalismos sociais e ao dia-a-dia, de contemplação ante os sofrimentos humanos, as misérias e dores impostas pelo regime em que vivemos, ante os crimes e horrores a que este regime dá lugar. Supõem que o Espiritismo é a ressurreição das velhas teologias, um sistema de degradante estoicismo, que prega a submissão a todas as imposições, despotismos e ensinamentos, a todas as imoralidades e injustiças existentes que a moral avessa da sociedade considera como virtudes; que tende à pusilanimidade e ao relaxamento moral dos indivíduos e dos povos; que, aspirando o homem a uma vida ultraterrena, como compensação dos sofrimentos terrenos, quanto mais se humilhe, se arraste, se degrade e sofra, quanto menos resistência oponha ao mal que nele exista ou em seus semelhantes, quanto mais afague ou adule a quem o oprima, tanto mais será sua felicidade e sua bem-aventurança na outra vida e maior o mérito por sua indignidade. Daí deduzem os detratores da filosofia espírita que esta é a doutrina mais anti-social e a mais oposta à melhoria do indivíduo e da sociedade.

À parte as distorcidas interpretações dos leigos, dos detratores e simplistas, há também as que, de forma inconseqüente, dão algumas pessoas de cultura superior, a quem cairia bem o título de oportunistas, as quais, não tendo ainda se despojado de preconceitos religiosos, sociais ou de outra índole e apesar de terem perfeito conhecimento da filosofia espírita, dão a esta uma interpretação moral e sociológica de acordo com suas prevenções, seus interesses ou com o ambiente ou situação econômica em que atuam. Esta interpretação convencional e sofisticada, que faz do Espiritismo uma doutrina circunstancial e detestável; que ao mesmo tempo faz com que sirva para exaltar o bem e a virtude, como para justificar o crime e o vício, tanto exalta a crueldade do guerreiro, como a santidade do apóstolo; que paga igual tributo ao credor endinheirado e ao mesquinho usurário como à honradez e generosidade do filantropo; que confunde a humildade com a humilhação que rebaixa a bondade e a doçura do caráter até o consentimento e aprovação de todas as infâmias, imposições e relaxamentos morais; que põe a mordaca na boca de cada rebelde que almeja um mundo de paz, de amor e de justiça, e ajuda a tornar mais pesada a cruz carregada pelas costas dos mais frágeis; que busca conciliar a

moral espírita com a moral dos códigos e com essa outra moral social circunstancial, acomodatória, que vale tanto como um imposto e que para o mesmo vício ou o mesmo crime, tanto tem a cadeira elétrica como a cruz de honra; que, enfim, meia hora depois de estar com Jesus, está com Pilatos e meia hora depois, com Herodes; essa interpretação, digo, é, em meu conceito, mais prejudicial ao Espiritismo do que as anteriores, porque assume ante a opinião dos leigos e dos simplistas um valor de lógica que, ainda que falsa, tem o mérito da autoridade de quem a expõe.

Quando assim se interpreta nossa doutrina, não é de estranhar que as demais ideologias e os homens que aspiram à dignificação da humanidade olhem o Espiritismo com prevenção e desconfiança e que, embora admitindo seus fatos, neguem-lhe a virtude palingenésica e moralizadora de sua doutrina. É, assim, dever dos espíritistas de verdade expor fielmente, sem lorotas nem evasivas, o conceito moral e sociológico do Espiritismo, indo à fonte antiga de seus ensinamentos e submetendo à crítica racional as interpretações capciosas, precipitadas e convencionais.

Por nossa parte formularemos aqui algumas falsas apreciações, com as quais se mistifica e desvirtua o conceito moral e sociológico do Espiritismo, dividindo-as em duas categorias, a dos detratores eruditos e a dos simplistas oportunistas.

O espírita – dizem os primeiros – aspirando aos planos de existências superiores, sente um grande desprezo pelas coisas e assuntos deste mundo, do qual deseja constantemente escapar, como o prisioneiro de sua prisão, por ser esta existência um episódio enfadonho da vida, que considera eterna, na garantia que tem de achar fora da terra horizontes mais amplos e mais livres para sua felicidade.

Para atingir este fim, o espírita deve levar uma vida de anacoreta, viver em atitude mística e contemplativa com o olhar sempre fixo no mundo dos espíritos, despreocupando-se quanto seja possível do plano empírico, das coisas materiais, que considera insignificantes.

Sendo o mundo e a sociedade o resultado de um plano predeterminado por Deus, o espiritista aceita-o tal qual é, sem intentar modificá-lo, porque toda revelação, todo repúdio, toda ação tendente a combater uma injustiça, a corrigir um defeito no regime social, a transformar as instituições, etc., implica numa insubordinação à Autoridade Suprema.

Para o espírita, todo mal, todo erro, toda injustiça forma parte desse plano, obedece à lei de causalidade moral: um mal é consequência necessária de outro e o adepto do Espiritismo sente-se obrigado a respeitar esta lei.

O espírita vive obcecado no estudo das coisas do outro mundo, menosprezando as que a ciência ensina neste: trata de dar luz aos seres de além-túmulo que baixam às sessões, julgando não ser lá grande coisa as trevas em que vivem os deste plano; têm sábios conselhos, piedade e desculpa para os criminosos e demais pecadores desencarnados, para quem pedem alívio e perdão, mas não têm uma só palavra de consolo, uma desculpa, um conselho, nem uma atitude defensiva para os delinqüentes vivos, a quem deixa à mercê da desgraça, do ódio da sociedade e do castigo e vingança da lei.

O espírita, acrescentam, condena as paixões e gozos materiais da vida, que são seus verdadeiros propulsores, considerando-os como obstáculo ao aperfeiçoamento do espírito.

Até aqui os falsos intérpretes da primeira categoria.

Vejamos agora como conceituam nossa moral e nosso modo de atuar na sociedade, os da segunda, ou seja, os simplistas e oportunistas, os quais – muitos deles, apesar de vinculados à nossa ideologia – suas simplicidades e equilíbrios dialéticos servem de meio às críticas ideológicas e infundadas dos primeiros, que se atêm a elas mais do que à doutrina.

O espírita, dizem estes, não deve rebelar-se contra as injustiças sociais, contra os males da sociedade, contra as misérias e dores que afligem seus semelhantes, porque cada um, de acordo com a lei de causalidade, ocupa neste mundo o lugar que lhe corresponde, a condição e posição social que conquistou: deve ver sofrer e calar-se e até alegrar-se do sofrimento próprio e alheio; segundo suas crenças, o sofrimento purifica a alma; deve ver a vítima sendo escárnio do algoz e nada dizer, porque aquela, em outra existência haverá sido, sem dúvida, carrasco e agora sofre as consequências. Evitar esta expiação de sua falta é fazer-lhe um mal. Há que deixá-lo, pois, sofrer. Logicamente, comete uma incoerência socorrendo ao necessitado, porque este não seria tal se em sua existência anterior não tivesse sido um avaro, um rico endinheirado e egoísta. Tampouco deve socorrer aquele que sofre um acidente na via pública, porque se este tem uma perna fraturada ou agoniza sob as rodas de um trem, é porque em sua

vida anterior rompeu a perna de alguém (provavelmente do mesmo lado cuja fratura experimenta), ou fez sofrer a mesma agonia (talvez ao mesmo motorista que, sem querer nem saber, o machuca).

Se se trata de um depositário da riqueza social, de um rico usurário, egoísta e açambarcador, de um déspota poderoso ou de um perverso qualquer, que gozam à custa de seus semelhantes: pobres!... diz o simplista (considerando a possibilidade – que para ele se converte em uma certeza – de suas míseras vidas passadas), talvez tenha vivido anteriormente existências miseráveis. Sem dúvida – acrescenta – foram escravos, mendigos: passaram frio, fome, sede de justiça, etc., e hoje têm em suas elevadas situações a compensação de suas privações e sofrimentos. Não há, pois, porque reprovar seus procedimentos egoístas; cada um ocupa na sociedade o lugar que lhe corresponde, tanto a vítima quanto o algoz; na sociedade, tudo é ordem e harmonia... Deixai-os desfrutar tranqüilamente dos justos privilégios alcançados, ainda que seus irmãos gemam e pereçam no desespero e na miséria. Deixai-os, dizem, por sua vez, os oportunistas, alegando o porvir causal dos poderosos, mas defendendo melhor seu cômodo presente; deixai-os, pois terão de sofrer as conseqüências de seu egoísmo em existências vindouras. E, como se isto fosse pouco, agregam em sua desobrigação a parábola de Jesus: “é mais fácil um camelo entrar pelo fundo de uma agulha do que um rico no reino dos céus”, pretendendo-se fazer crer que a missão moral e social do espírita consiste só na adoção de uma postura evangélica. Se vê um semelhante coberto de farrapos, em frangalhos, convertido em afronta à sociedade, adotam então uma postura filosófica e com a circunspeção de quem penetrou nas predeterminações alheias, dizem: “é sua missão”. Se mais tarde este ser miserável e mendigo, devido a seus próprios esforços ou favorecido por sua sorte, ocupa uma posição social e econômica elevada, repetem a mesma frase: “é sua missão”. Se logo por preguiça, imperícia, falta de economia ou previsão cai na desgraça e na ruína, também: “é sua missão”. Se se eleva novamente, pisoteando metade da humanidade em sua ascensão imoral, o mesmo: “é sua missão”. Se morre afogado por imprudência ou empolado por demasiada avareza, não há dúvida que, de acordo com o critério simplista, igualmente cumpriu “sua missão”.

Um amigo espírita, um tanto brincalhão, parodiando esta classe de intérpretes de nossa doutrina, dizia-me que, por ocasião de um homem

estar sendo enforcado, não seria conveniente para elevação de sua alma, ajudar a enforcá-lo, porque, sem dúvida, de acordo com o critério simplista da lei de causalidade espírita, tê-lo-ia merecido e não seria de bons espíritos privá-lo desta agonia prazerosa, que talvez ele mesmo tivesse escolhido como prova para cumprir sua missão; pôr obstáculos ao seu livre desenvolvimento, em vez de prestar-lhe ajuda, seria estancar seu progresso.

Isto que pudesse parecer uma intervenção exagerada da lógica simplista, não o é. E, para demonstrar que não há em tudo o que digo invenção ou exagero, vou citar um fato concreto:

“Um visitante que, a julgar pela forma de expressar-se, dava a impressão de ser espírita e estar versado na doutrina, perguntou se, quando um homem está sofrendo, não seria prejudicial aliviar seus sofrimentos, pois, com isto – partindo-se de que todo efeito tem uma causa e que toda dor é necessária – impedia-se-lhe de corrigir suas faltas passadas e se lhe privava dos meios que Deus lhe proporciona para o aperfeiçoamento do espírito”.

Do que se deduz – segundo a lógica simplista – se aliviar o sofrimento é mau e deixar sofrer é bom, provocá-lo é melhor, e quanto mais mal se faça, melhor se é. À parte do paradoxo de tão absurda doutrina, já se podem considerar os efeitos morais que produziria no mundo e que fama resultaria para os espíritos, semelhante aberração.

Nesta primeira fase de meu trabalho tenho procurado expor, em seus diversos pontos de vista, o falso conceito moral e sociológico do Espiritismo e como, com semelhante interpretação, se rebaixa à mais imoral e anti-social das ideologias.

Analisemos agora estas apreciações, a fim de demonstrar que tal maneira de raciocinar e tirar conclusão é contrária à essência da doutrina e que, em muitos casos, não passa de pura mistificação feita pelos detratores do Espiritismo, com o propósito de rebaixá-lo ante as tendências contrárias.

É um gravíssimo erro de lógica, quando não um sofisma, sustentar que o espírita, pelo fato de aspirar a planos de existência superiores, tenha necessariamente que sentir desprezo pelas coisas e assuntos deste mundo, posto que o bom senso e a lógica mais elementar ensinam todo o contrário. Se o progresso do espírito, seu adiantamento moral e intelectual, se todas suas perfeições futuras e sua felicidade têm por base as atividades do presente – o bem que faça e o mal que evite, os conhecimentos que adquira,

os sacrifícios e esforços que isso realize, os efeitos e considerações que por suas virtudes conquiste – quanto maior empenho ponha nas coisas e assuntos deste mundo – ou seja, naqueles que, física, moral e espiritualmente o beneficiem e a seus semelhantes – tanto maior será o bem para sua felicidade e aperfeiçoamento futuros. Eis como o espírita está moralmente obrigado por força de suas convicções a trabalhar com fé e com firmeza pelas coisas e assuntos do plano terrestre, em sentido mais amplo e elevado do que as demais tendências ideológicas, porque as coisas e assuntos deste plano são a condição indispensável para sua ascensão aos planos de vida superiores, inacessíveis aos espíritos pusilânimes e inativos, indiferentes e egoístas.

O espírita encontra-se em condições análogas às do estudante que tem consciência da carreira que segue e do fim elevado de seus estudos; este aspira sempre a graus superiores e, longe de sentir desprezo pelo grau inferior em que se encontra, pelas coisas e assuntos da escola a que pertence, pelos professores que ensinam e os livros em que aprende, sente-se vinculado a eles por um sentimento de solidariedade e põe o maior empenho em aproveitar as lições e exemplos que recebe para seu adiantamento e de seus companheiros – sem que isto seja uma razão para que não repudie e combata os maus métodos de ensino, as velhas tendências escolásticas, os hábitos perniciosos, a negligência de seus companheiros, seus erros e seus vícios, a demasiada severidade de seus mestres, o excesso de disciplina e os sistemas anacrônicos do ensino e do regime escolar.

O sofisma dos críticos da doutrina espírita consiste, pois, neste caso, em sustentar que o estudante, em analogia ao espírita, tem necessariamente que sentir desprezo por coisas e assuntos da escola a que pertence, pelo fato de aspirar a graus e escolas superiores.

A atuação do espírita neste mundo tampouco pode ser de “mística contemplação”, como o estudante em permanecer inativo, em atitude contemplativa, sonhando com os benefícios e gozos espirituais que lhe proporcionará um dia o ensino das escolas superiores, despreocupando-se dos estudos que correspondam à sua classe – porque, neste caso, de nada adiantaria. Tampouco pode o espírita – se se ajustar com lógica à sua doutrina – permanecer em atitude mística, contemplando inerte a vida do mais além e despreocupando-se das coisas e assuntos da Terra, quando é

aqui, no exercício de todas as suas faculdades e atitudes, que deve preparar-se e adquirir a soma de perfeições e conhecimentos que o façam digno e merecedor de uma existência superior.

Outro dos erros ou sofismas dos detratores da doutrina espírita é pretender que esta seja, por suas conseqüências, fatalista, e atribuir aos espíritas a crença de que Deus predeterminou as coisas deste mundo, de modo que o homem tenha que submeter-se passivamente a elas.

Para o conceito espírita, Deus não preestabeleceu nenhum plano que no desenvolvimento dos fatos e acontecimentos sociais exclua a intervenção consciente, inteligente ou relativamente livre do homem. Crer que o ser onisciente que rege os destinos do universo tenha podido predeterminar as coisas tal como acontecem na sociedade sem suas reações correspondentes equivaleria a sustentar o absurdo de que Ele quis que, por interesses mesquinhos e ambições desmedidas, os povos se lançassem uns contra outros em guerras fratricidas; que a maior parte das energias humanas fossem empregadas em ações prejudiciais, em construir instrumentos de morte e de extermínio; que houvesse políticos e mandatários que enganassem os povos e, sob o pretexto de governá-los e de ocupar-se de sua felicidade, lavrassem, com o sacrifício alheio, a sua própria; que existissem religiões que, amparadas em seu nome, pregassem absurdos e mentiras para manter os homens na ignorância e deleitar-se às expensas do erário público e do comércio vil entre o céu e a terra; que houvesse, de propósito, posto em seus planos coisas destinadas à concupiscência e à degradação; que, como um embuste e uma ironia sangrentos, estivesse de acordo com a construção de patíbulos e guilhotinas para alguns homens, não menos criminosos do que aqueles aos quais condenam, mas investidos de desumana autoridade, mandassem executar estes últimos com o maior sangue frio para desengano de todos, menos deles mesmos, e que o delinqüente vulgar e inexperiente fosse, em muitos casos, julgado, perseguido e castigado pelo delinqüente mais hábil, mais inteligente e mais elevado. Equivaleria, enfim, a fazer de Deus, ser todo amor, todo justiça, todo inteligência, um verdadeiro monstro, sem nenhum dos atributos divinos que o Espiritismo lhe reconhece.

Deus não preestabelece nem predestina os acontecimentos, muito menos os sociais, que estão sujeitos a contingências, sem que por isto contradigam o princípio de causalidade, porque preestabelecer e predestinar são termos

que expressam concepções humanas. Isto deveriam saber os críticos da doutrina espírita por serem muitos deles doutores e filósofos, ou ostentarem tais títulos.

Para Deus não pode existir passado nem futuro, senão um eterno presente, porque sendo infinito em seus atributos, também o é no espaço e no tempo. Deus estabelece e determina constantemente os acontecimentos por meio de suas leis sábias e constantes que abarcam todos os fatores concomitantes que contribuem necessariamente ou de forma contingente à sua realização, entre cujos fatores está, em primeiro lugar, o espírito humano que, longe de ser passivo, é consciente, inteligente e voluntário, ou seja, capaz de determinar-se, de reagir contra o meio social, contra os demais fatores extrínsecos, e realizar livremente seu próprio destino, sem que por isto tenha que infringir qualquer lei divina, aja bem ou aja mal, porque suas debilidades e torpezas, como suas virtudes e seus acertos, estão dentro das possibilidades infinitas de Deus, com as que, necessariamente ou de forma contingente, o homem realiza, da mesma forma, seus desígnios. E assim como as possibilidades de Deus são infinitas, são também infinitas suas leis e infinito o tempo que o espírito humano tem para cumpri-las.

Para o espírita, contrariamente às deduções dos críticos mal intencionados, o homem é a verdadeira causa atuante, consciente e propulsora da dinâmica social, o fator primordial e essência do desenvolvimento progressivo da sociedade, ao qual se subordinam os demais fatores de ordem material. Deste ponto de vista de nossa doutrina, não é, nem pode ser, um simples espectador dos acontecimentos humanos, um contemplador indiferente das dores e misérias de seus semelhantes, um contemporizador com os privilégios, as injustiças, os vícios e as iniquidades que constituem a base imoral de nossa sociedade; não pode ser um despreocupado das coisas deste mundo, um submisso, um escravo das imposições sociais. Não duvidamos de que entre os adeptos do Espiritismo haja simplistas que o creiam assim; mas, neste caso, combata-se esta atitude negativa e humilhante dos homens e não a virtude dos princípios que nossa ideologia ensina.

Admitimos os espíritas que o mal, o erro, a injustiça, o vício, etc. façam parte do plano de nossa existência terrena, como fatores negativos da evolução, mas a eles opomos o bem, a verdade, a justiça e a virtude como

seus modos positivos, ambos indispensáveis para o progresso e aperfeiçoamento do espírito, sem os quais não é concebível qualquer existência espiritual. Mas o conjunto de males, de vícios, de erros e de injustiças, como seus modos positivos contrários, que constituem a trama moral de nossa sociedade, não são mais do que a condição de nosso progresso, o ambiente necessário no qual devemos atuar (e não nos acomodarmos), para nele amenizar nosso espírito; é a resistência natural, em que devemos exercitar nossa energia espiritual, para nosso avanço ascensional.

A direção moral que traça ao homem o Espiritismo é a de reagir contra as más inclinações, egoísmos e baixezas que há nele e fora dele.

O Espiritismo não ataca as paixões, a não ser quando estas são baixas e degradam o homem, ou quando são dominadoras e o subjugam e escravizam. As paixões, ainda que sejam as geradoras dos vícios mais baixos e deprimentes, também são das maiores virtudes e dos feitos mais nobres e elevados. A alma – como bem disse um dos precursores da filosofia espírita, o admirável Platão – vai em uma carruagem puxada por dois corcéis, um branco, dócil, de formas graciosas, representa as paixões generosas de nossa natureza; o outro, negro, de cabeça compacta, com os olhos impregnados de sangue, sempre cheio de cólera, não obedece senão a duras penas ao açoite e ao agulhão; este representa as paixões baixas. A razão sustenta as rédeas da carruagem e se serve habilmente do corcel branco para corrigir os ímpetos do cavalo negro; faz-se senhora soberana de sua parelha, adianta-se com passo firme e seguro através das vicissitudes da vida até abrir as portas da imortalidade. Nada melhor do que esta bela metáfora do autor de *Fedro* para expressar o conceito espírita das paixões.

Com o exposto, cremos ter demonstrado de modo satisfatório a falsidade das apreciações dos que atribuem ao Espiritismo uma moral de passividade e de negação, frente aos problemas sociais e aos assuntos da vida terrena.

Vamos agora responder ao falso conceito dos simplistas e oportunistas, sobre os quais – seja dito, para alívio dos verdadeiros espíritas – deveria recair toda a responsabilidade das acusações precedentes, porque se balizam, mais do que em um mal-entendido da doutrina, em suas interpretações errôneas e em suas inseqüências.

Sustentar que o espírita deve amoldar-se ao meio social: conviver com os interesses criados, com os egoísmos, infâmias, os prejuízos e imoralidades e não combater os males e injustiças sociais, nem tratar de aliviar as dores e misérias de seus semelhantes; dizer que cada um ocupa o lugar que lhe corresponde na sociedade e que deve-se deixá-lo nesse lugar; que quem sofre é porque fez sofrer anteriormente aos demais e necessita do sofrimento (com o agravante de que há que deixá-lo ou fazê-lo sofrer) para purgar o mal feito; dar por originário em existências anteriores todos os males, todos os abusos, desmandos, crimes, desigualdades e iniquidades que se contemplam no mundo, tratar de justificá-los e pensar que a condenação e a reação a eles são contrárias ao espírito e à moral de nossa doutrina, significa, mais do que uma falsa interpretação, uma falta de lucidez, na consciência dos que em tal coisa crêem.

Se nós espíritas sustentássemos semelhante monstruosidade moral, a sociedade – pelo menos a parte sã – teria razão suficiente para trancar-nos em um manicômio e só passaríamos por cordatos ante a opinião interesseira dos exaltados, dos egoístas e dos velhacos, e o Espiritismo não serviria mais do que para justificar todas as infâmias e garantir o gozo de uns às expensas da desdita e da dor dos demais.

Para refutar semelhante absurdo, consideremos, primeiro, que Deus pôs um véu em nosso passado para deixar-nos atuar no presente de modo que a recordação do que fomos não seja obstáculo aos nossos esforços para chegar ao que devemos ser, nem nos coloque em condições de inferioridade, uns com respeito aos outros.

Ignorando, pois, nosso passado, mal podemos justificar nossas diversas situações e incidentes presentes, nem sujeitar-nos a eles. Mas sim, por indução, partimos do que somos para poder presumir o que fomos. Não temos, por isto, o mesmo direito de deduzir *a priori* o que ignoramos ter sido, o que temos necessariamente que ser em um momento determinado de nossa existência, ainda mais se se tem em conta nossa liberdade moral.

Quando raciocinamos *a posteriori*, partindo de um fato conhecido como é nossa existência atual, há razões poderosas para persuadir-nos, não só do que somos, como também do que podemos ou devemos ser, de acordo com nosso conceito ideológico da vida.

Se um homem, por exemplo, me faz um dano, posso, por indução, hipoteticamente, concluir que este dano deve ter uma causa anterior e um

efeito posterior, mas não posso partir da causa que desconheço para justificar o efeito conhecido, nem posso supor que este dano tenha necessariamente uma causa anterior, originada por um ato anterior meu, posto que na ordem moral nada nos autoriza – nem o Espiritismo nos ensina – a crer na série infinita de causas e efeitos, porque bem pode suceder – e de minha parte estou moralmente convencido de que assim suceda – que muitas de nossas ações, de nossas situações boas ou más, de nossos sofrimentos e alegrias, têm origem imediata nesta existência. Isto já é um motivo para não cair na simplicidade de atribuir a todas as nossas ações terrenas uma causa remota que viria encadeada em um série de causas infinitas.

Ainda aplicando este mesmo raciocínio ao princípio de causalidade espírita e admitindo, segundo o conceito simplista, que toda ação ou situação humana presente tem um antecedente causal em existências anteriores e um efeito como conseqüência moral da mesma ação ou situação, isto não provaria, necessariamente, que o mal deva corrigir-se com o mal, a injustiça com a injustiça, a ofensa com a ofensa, porque a lei de causalidade espírita não é unilateral, mas bilateral, ou seja, que um dano recebido pode ser corrigido por parte de quem o faz com um bem equivalente, sem necessidade de sofrer o mesmo mal causado. E isto é precisamente o que ensina a doutrina espírita, que difere essencialmente do “olho por olho, dente por dente” de Moisés e da moral das religiões e sistemas fatalistas.

O mal não é, pois, a conseqüência necessária de outro mal, e o espírita não tem o dever de respeitá-lo nem de a ele submeter-se.

Se um homem, por acaso, está se afogando, não seria razoável nem de bons espíritos entrar em averiguações sobre ser ou não essa a situação que, de acordo com suas ações passadas, lhe corresponde, ou se é ou não merecida; seu dever moral é tratar de salvá-lo.

Do mesmo modo, se este mesmo homem sofre privações, dores, enfermidades, misérias ou injustiças, causadas pela avareza, o egoísmo e a prepotência amparada por lei, não deve referir-se a ele e dizer-lhe: Sofre! Cala-te! Submete-te! Humilha-te! Porque tudo isto é conseqüência de faltas análogas cometidas em existências anteriores. Deve dirigir-se aos causadores de todos esses males e reprovar sua conduta, fazendo-os

compreender que seus atos atuais e seu iníquo proceder terão no futuro graves conseqüências.

Não é, pois, olhando para trás, mas para adiante, que deve se conduzir o verdadeiro espírita. Suponhamos que uma pessoa se apresentasse a um desses simplistas que pretendem justificar todos os males do presente por ações do passado e lhe pedisse emprestada uma quantidade de dinheiro para sair de uma situação premente e que, quando este fosse pedir-lhe, a tal pessoa lhe dissesse:

– Amigo, eu não lhe devo nada; você ainda está pendente de uma dívida comigo.

– Como? – diria o simplista. – É a coisa mais natural e espírita do mundo: sucede que em nossa existência anterior eu lhe emprestei uma quantia maior do que aquela que você me devolveu. E agora, para saldar a conta você deve devolver-me o resto.

Sem dúvida que o simplista não iria ficar muito de acordo e, no entanto, essa é sua lógica – muito boa para sustentar todas as maldades e patifarias e, especialmente, para fazer frente aos nossos credores.

A rigor, ninguém ocupa na sociedade o lugar que lhe corresponde ou lhe pertence, senão o que foi conquistado, muitas vezes às expensas da ignorância e da fragilidade dos demais. De fato, todos ocupamos um lugar, mas de direito ninguém ocupa o que deve ocupar. O lugar que cada um ocupa na sociedade não está prefixado fatalmente; é acidental, momentâneo, um instante passageiro e fugaz de nossa evolução; muda incessantemente, pode e deve mudar todo o impulso de nossa vontade, de nossos sentimentos e de nossos esforços; e o conjunto das vontades, dos sentimentos e dos esforços combinados pode imprimir à sociedade um novo movimento e fazê-la capaz de uma ideologia superior que faça desaparecer muitos dos males e injustiças sociais.

As posições fortuitas, circunstanciais e passageiras, nem sempre necessárias ou justas, não devem cegar-nos nem criar-nos impedimentos, porque a justiça não se cumpre em um instante de nossa evolução, mas no progresso eterno de nosso espírito.

Lançados como uma flecha no espaço, com um fim ideal e sem solução de continuidade em nosso avanço, não ocupamos jamais um lugar preciso na escala infinita de nossa evolução. É por isso que estamos muito longe de ocupar o lugar que nos corresponde no mundo e creio que jamais o

ocuparemos definitivamente. Mas há sim, um lugar, que está em nossa consciência, em nossa consciência de espíritas, que é o que sinaliza nossa ideologia e que devemos ocupar em todo momento, elevando-nos sobre todas as mazelas humanas, de todos os convencionalismos, circunstâncias acomodatórias e de todos os interesses egoístas. Teremos a liberdade e o valor de dizer nossa verdade, sem ambigüidades nem evasivas, mas também sem ódios e sem rancores de ninguém, considerando que as posições e classes sociais não constituem categorias de ordem moral e que o mal, em qualquer de suas manifestações, depende, acima de tudo, da falta de compreensão e de capacidade para o bem.

Façamos como o médico filantropo, que, ao combater as enfermidades, o faz apenas com o propósito de curar os enfermos. Esse é o lugar ideal que, de acordo com a doutrina espírita, nos corresponde ocupar, os que nos temos nutrido de seus sábios e nobres ensinamentos.

